

**Uma Proposta de Tradução de Dois Verbetes de**  
***The Handbook of Translation Studies:***  
**“Court/Legal Interpreting” e “Technical  
Translation”**

**Ana Margarida Roma Bráulio**

Trabalho de Projecto de Mestrado em Tradução  
Área de Especialização em Inglês

Novembro de 2018

Aos meus sobrinhos, Inês, Carlos e Jorge.

To Brett Brennan, for helping me to believe.

## **Agradecimentos**

Gostaria, em primeiro lugar, de deixar o meu agradecimento à Prof.<sup>a</sup> Doutora Gabriela Gândara Terenas por ter aceitado o convite para a orientação deste Trabalho de Projecto, bem como à Mestre Susana Valdez por, não só ter aceitado o convite para co-orientar, mas, em especial, por ter despertado em mim o interesse pela tradução técnica.

Em segundo lugar, gostaria de deixar um agradecimento à John Benjamins Publishing Company, bem como aos seus editores, pelo privilégio de autorizarem a tradução e a publicação dos verbetes neste trabalho de projecto.

Em terceiro lugar, um agradecimento à minha família, em especial aos meus irmãos, Tenente-Coronel Rui Pais dos Santos, Ana Pais dos Santos e Sílvia Pais dos Santos, pelo apoio e constante incentivo durante todo o meu percurso académico, aos meus cunhados, Carlos Guardado e Carla Fernandes, pela incansável motivação e apoio, bem como ao meu noivo, por acreditar sempre em mim e por me fazer acreditar que seria capaz de completar esta etapa.

Ao Alexandre Cardoso, à Cláudia Reis e à Sara Neves, por todo o apoio e motivação.

Por fim, mas não menos importante, um agradecimento especial à Dra. Sara Carvalhal, por todo o apoio e paciência.

## **Resumo**

Neste Trabalho de Projecto pretendeu-se levar a cabo a tradução de inglês para português dos verbetes “Court/Legal Interpreting” (2012), de Debra Russell, e “Technical Translation” (2010), de Klaus Schubert, a serem publicados na versão *online* da enciclopédia *The Handbook of Translation Studies* (2010-2014), bem como reflectir sobre os mesmos e respectivas traduções. O objectivo do presente trabalho reside na tradução dos verbetes em questão, tendo em vista o modo como aqueles poderão vir a auxiliar estudantes de tradução, académicos ou curiosos com interesse pela tradução e interpretação em contexto jurídico e pela tradução técnica. Após uma contextualização das áreas da tradução técnica e da tradução jurídica, seguir-se-ão as traduções dos verbetes propriamente ditos e uma reflexão, teoricamente fundamentada, sobre os problemas e as dificuldades tradutórias. Nesta reflexão torna-se possível detectar problemas culturais, linguísticos e gramaticais, bem como algumas dificuldades a nível linguístico, extralinguístico e estratégico. Com este Trabalho de Projecto pode concluir-se que a tradução constitui um processo mental complexo, o qual requer subcompetências linguísticas, extralinguísticas, profissionais, de transferência e estratégicas.

**PALAVRAS-CHAVE:** tradução técnica, Estudos de Tradução, textos técnico-científicos, tradução jurídica, interpretação jurídica

## **Abstract**

The aim of this Research Project is to provide an informative translation that can help students and other people interested in legal translation. In order to achieve the aim of this project I will provide a translation of the article “Court/Legal Interpreting” (2012) by Debra Russell and of the article “Technical Translation” (2010) by Klaus Schubert, from English to Portuguese, to be published in the online version of the encyclopedia *The Handbook of Translation Studies* (2010-2014). I will also provide a theoretical reflection on the articles and their translation. Firstly, I will give a brief notion of technical translation and legal translation. Secondly, I will provide the translation of the

articles, which will be followed by a critical reflection of the translation problems and difficulties experienced during the translation process. In the reflection it is possible to detect cultural, linguistic and grammar problems, as well as linguistic, extra linguistic and strategy difficulties. With this Project I concluded that translation is a complex mental process that requires linguistic, extra linguistic and strategic competencies.

**KEYWORDS:** technical translation, Translation Studies, technical and scientific texts, legal translation, legal interpretation

## Índice

<b>Introdução .....</b>	<b>2</b>
<b>1. Breve Reflexão sobre a Tradução Técnica e a Tradução Jurídica .....</b>	<b>6</b>
1.1. Tradução Técnica .....	8
1.2. Tradução Jurídica .....	9
<b>2. Proposta de Tradução .....</b>	<b>11</b>
2.1. “Court/Legal Translation” / “Interpretação Jurídica/em Tribunal” .....	11
2.2. “Technical Translation” / “Tradução Técnica” .....	18
<b>3. Reflexão Sobre as Traduções .....</b>	<b>27</b>
3.1. Análise de “Tradução Jurídica/em Tribunal” .....	28
3.2. Análise de “Tradução Técnica” .....	33
<b>Conclusão .....</b>	<b>39</b>
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>40</b>
<b>Anexos.....</b>	<b>i</b>
Anexo I. Texto de Partida “Court/Legal Translation” .....	i
Anexo II. Texto de Partida “Technical Translation” .....	viii
Anexo III. Versão de Publicação de “Tradução Jurídica/em Tribunal” .....	xvii
Anexo IV. Versão de Publicação de “Tradução Técnica” .....	xxv

## Introdução

O presente Trabalho de Projecto tem como objecto de estudo o verbete da autoria de Debra Russell, intitulado “Court/Legal Interpreting”, e o da autoria de Klaus Schubert, intitulado “Technical Translation”, os quais fazem parte da versão *online* da enciclopédia *The Handbook of Translation Studies*,<sup>1</sup> cujas traduções, em português europeu, estarão oportunamente disponíveis.

*The Handbook of Translation Studies* (2010-2014), uma enciclopédia editada por Yves Gambier e Luc van Doorslaer, tem como objectivo a divulgação de conhecimentos relativos aos Estudos de Tradução e de interpretação. Pode aceder-se não só à versão impressa da enciclopédia (disponível em cinco edições publicadas entre 2010 e 2014), mas também à versão *online*. Esta última pretende chegar mais facilmente a estudantes, a investigadores, a profissionais de tradução e/ou de interpretação ou até profissionais de outras áreas. De facto, trata-se de uma obra de referência no âmbito dos Estudos de Tradução, pois é a primeira enciclopédia nesta área a ser publicada simultaneamente em versões impressas e *online*. Embora existam outros manuais de referência sobre Estudos de Tradução, como, por exemplo *A Textbook of Translation* (1998), de Peter Newmark, e *In Other Words: a Coursebook on Translation* (2012), de Mona Baker, optou-se por *The Handbook of Translation Studies* devido ao facto de se tratar de uma enciclopédia que continua a publicar e a desenvolver verbetes de referência para os Estudos de Tradução.

Professor Honorário da Faculdade de Línguas e Estudos de Tradução da Universidade de Turku (na Finlândia), Yves Gambier é também coordenador de programas de investigação, como o mais recente programa de aprendizagem de línguas e legendagem (2009-2012). Para além de ser co-editor de *The Handbook of Translation Studies*, é também co-editor de *Translation Studies Bibliography* (TSB), cuja décima edição foi publicada em 2013, e editor-geral da Benjamins Translation Library.

Por sua vez, Luc Van Doorslaer é Doutorado em Estudos de Tradução pela Universidade Católica de Leuven, onde é Professor Associado, leccionando jornalismo e Estudos de Tradução. É director do *Center for Translation Studies* da Universidade de

---

<sup>1</sup> Versão *online* disponível em <https://www.benjamins.com/online/hts/home.html>

Leuven desde 2014 e co-editor de *Translation Studies Bibliography* e de *The Handbook of Translation Studies*, em conjunto com Yves Gambier. Entre as suas mais recentes publicações torna-se possível encontrar obras como *Eurocentrism in Translation Studies* (2013) e *The Known Unknown of Translation Studies* (2014).

Docente na Universidade de Alberta, Debra Russell (desde 2001) faz parte do Departamento de Psicologia Educacional. Concluiu o Doutoramento nesta área, na Universidade Calgary, em 2000, com uma tese intitulada *Interpreting in Legal Contexts: Consecutive and Simultaneous Interpretation*. Russell é autora de vários artigos sobre tradução e interpretação, nos quais se salientam temáticas como a interpretação gestual e a interpretação jurídica. Entre as suas publicações encontram-se artigos como “Interpreting Strategies in Legal Discourse” (2004), “Deaf Nondeaf Interpreter Teams and the Complexity of Professional Practice” (2017), “World Association of Sign Language Interpreters” (2011), entre outros.<sup>2</sup>

“Cout/Legal Interpreting” é o título do verbete assinado por Debra Russell. Trata-se de um registo de especial importância devido ao seu carácter informativo sobre o papel do tradutor e do intérprete, seja ele de língua gestual ou de língua oral, em contextos jurídicos, uma temática que ainda carece de investigação.

O verbete começa por referir a existência de legislação que concede o direito à presença de um intérprete em tribunais e em contextos judiciais, sem deixar, no entanto, de mencionar as várias questões que surgem face à natureza do papel desempenhado pelo intérprete, bem como do seu trabalho em contextos jurídicos. Apresenta também resultados de alguns estudos, sendo possível observar que uma interpretação não adequada se deve à inexistência de padrões de formação do intérprete jurídico. Por fim, são mencionadas várias organizações e associações, as quais têm promovido o desenvolvimento dos padrões de formação do intérprete, permitindo, assim, vários progressos na área da interpretação jurídica.

Professor de Linguística Aplicada na Universidade de Hildesheim desde 2009, Klaus Schubert é membro do Conselho Consultivo Internacional da Universidade de Ciências Aplicadas de Ventspils, na Letónia, e editor da revista *Trans-Kom*.<sup>3</sup> Entre as suas publicações encontram-se textos como “Technical Communication and

---

<sup>2</sup> Disponíveis para consulta em <http://ualberta.academia.edu/debrarussell>

<sup>3</sup> Disponível para consulta em <http://www.trans-kom.eu>



Accessibility” (2017), “Word Formation and Planned Languages” (2015) e o verbete a ser traduzido no presente trabalho, “Technical Translation” (2010).

“Technical Translation”, título do verbete escrito por Klaus Schubert, revela-se um registo de especial importância devido ao seu carácter explicativo sobre a tradução técnica enquanto objecto de estudo, tendo em conta as quatro dimensões apresentadas pelo autor: conteúdo técnico, forma linguística, meio técnico e processos de trabalho.

O verbete começa por apresentar uma introdução à definição do termo “técnica”, mencionando que a maior parte do conteúdo do verbete também se estende à tradução especializada. Em seguida são apresentadas as quatro dimensões incluídas no Modelo Integrativo de Comunicação Especializada, também da autoria de Schubert, que se caracterizam pelo conteúdo técnico, pela forma linguística, pelo meio técnico e pelos processos de trabalho. Cada uma das dimensões é, então, explicada individualmente, permitindo compreender as suas características. O segundo ponto do verbete aborda a comunicação optimizada, isto é, apresenta as influências de controlo na tradução técnica. Por fim, no terceiro e último ponto torna-se possível observar uma breve apresentação da tradução técnica enquanto objecto de análise em Estudos de Tradução.

Deste modo, pretende-se levar a cabo duas traduções, de inglês para português, dos referidos verbetes, às quais se seguirá uma reflexão sobre os problemas e as dificuldades surgidas ao longo da actividade tradutória, bem como uma justificação relativa às opções tomadas. O objectivo final do Trabalho de Projecto visa a publicação dos verbetes, tendo em conta a utilidade das traduções junto de estudantes de tradução, académicos ou curiosos que tenham interesse em aprofundar os seus conhecimentos na área da interpretação jurídica, nomeadamente no respeitante ao papel do intérprete em contextos jurídicos (incluindo os intérpretes de língua gestual) e na área da tradução técnica.

O Trabalho de Projecto inicia-se com um primeiro capítulo no qual se reflecte sobre o conceito de tradução, de forma geral, e, depois, em termos específicos. Assim, o capítulo 1 – “Breve Reflexão sobre a Tradução Técnica e a Tradução Jurídica” – encontra-se subdividido em dois relativos, respectivamente, às concepções de tradução técnica e de tradução jurídica. No capítulo 2 – “Proposta de Tradução” – apresentam-se duas traduções para português dos textos de partida (em inglês), os quais se encontram em anexo. Segue-se o capítulo 3, no qual se reflecte sobre os problemas e as

dificuldades de tradução surgidos ao longo do processo tradutório. Esta reflexão será fundamentada, do ponto de vista teórico, em estudos sobre a noção de problemas e dificuldades de tradução. Por fim, apresenta-se uma breve conclusão, bem como a lista de referências bibliográficas.

A escolha desta temática deve-se a um interesse pessoal pela tradução técnico-científica, em geral, e pela oportunidade de traduzir dois verbetes a incluir numa obra de referência para os estudantes de tradução, em Portugal. Na verdade, trata-se de uma obra que nos tem acompanhado desde que iniciámos os estudos na área de tradução. Os verbetes traduzidos serão publicados na versão portuguesa da enciclopédia disponível *online*.

# **1. Breve Reflexão sobre a Tradução Técnica e a Tradução Jurídica**

A reflexão sobre a actividade tradutória tem desempenhado um papel fundamental nas sociedades ocidentais desde os tempos de Cícero e de São Jerónimo até aos dias de hoje. Tradicionalmente, a tradução tem sido entendida como um processo de transferência de um texto na língua de partida para outro na língua de chegada. No entanto, Amparo Hurtado Albir (2017:4) defende que a actividade tradutória constitui um processo mental e complexo pelo qual o tradutor tem que passar para compreender o significado do texto de partida e veicular a mensagem na língua de chegada.

De acordo com Yves Gambier, em *A History of Modern Translation Knowledge* (2018), a tradução constitui uma prática sociocultural que compreende diferentes percepções e conceitos que mudaram com o tempo, não havendo, por isso, uma unanimidade face a uma eventual definição do conceito de tradução. (Gambier, 2018: 19) José Pinheiro de Souza (1998:51), por exemplo, considera o termo “tradução” polissémico, ou seja, susceptível de apresentar vários sentidos, os quais podem ser enumerados da seguinte forma: o texto traduzido; o processo de tradução; a actividade de tradução; ou a disciplina de tradução. O autor defende, ainda, que “o conceito mais comum de tradução, segundo os linguistas, não é o de ‘transferência’, mas o de ‘substituição’ de significados.” (Souza, 1998: 54)

Por sua vez, Christiane Nord defende que a tradução pode constituir um elo de ligação entre agentes de diferentes culturas que se encontrem numa situação de comunicação verbal ou não-verbal, para a qual seja necessária a intervenção de um intermediário. (Nord, 1997, 17) Também Hatim e Mason (1993:223) consideram o tradutor um intermediário entre duas culturas, cujo objectivo reside na transposição dos obstáculos surgidos durante o processo tradutório, considerando, assim, a tradução como o processo e não o produto final.

Em *Translation: An Advanced Source Book* (2004), Hatim e Munday começam por afirmar que a tradução pode apresentar-se sob perspectivas diferentes, oferecendo dois exemplos paradigmáticos: a tradução de um tratado internacional e a tradução de um cartaz de boas vindas num restaurante. Por um lado, a tradução apresenta-se

enquanto processo de transferência da língua de partida para a língua de chegada; por outro, a tradução é entendida como o produto final, a obra do tradutor. (Hatim e Munday, 2004: 3) De seguida, os mesmos autores elencam os três âmbitos em que se pode percepcionar uma tradução: (1) o processo de transferência realizado num contexto sociocultural específico; (2) o produto, ou texto de chegada, resultante do processo; (3) os fenómenos cognitivo, linguístico, visual, cultural e ideológico que fazem parte dos pontos anteriores. (Hatim e Munday, 2004: 6)

Roman Jakobson distinguiu três tipos de tradução: tradução intralinguística (ou reverbalização); tradução interlinguística (ou tradução propriamente dita); e tradução intersemiótica (ou transmutação). (1959: 233). Estes tipos de tradução têm sido citados por vários autores, incluindo Eugene Nida (1964:3), Lawrence Venuti (2000: 114) e Jeremy Munday (2008: 5), entre outros. Em *Toward a Science of Translating* (1964), Eugene Nida afirmou que os diferentes tipos de tradução contêm três factores básicos: (1) a natureza da mensagem; (2) o propósito do autor e, por consequência, do tradutor; e (3) o público. (Nida, 1964: 156) Por seu turno, em *The Translation Studies Reader*, Lawrence Venuti defende que a tradução é vista como uma inscrição doméstica onde o tradutor contorna as diferenças linguísticas e culturais do texto de partida através da eliminação e substituição das diferenças estrangeiras por diferenças linguísticas e culturais da língua de chegada. (Venuti, 2000: 468) O autor afirma ainda que os interesses que unem uma comunidade através de uma tradução não se focam apenas no texto original mas também nos valores, nas crenças e nas representações domésticas que o tradutor insere no texto de chegada, constituindo estes aspectos um factor determinante na forma como a tradução irá ser recebida. (Venuti, 2000: 477) Finalmente, Jeremy Munday, em *Introducing Translation Studies* (2008), levanta também a questão do conceito de tradução, recuperando a ideia de que o termo “tradução” pode referir-se à disciplina de estudo, ao texto que foi traduzido (ou o produto) ou ao processo em si, o qual passa pela alteração do texto de partida para um texto numa língua diferente (a de chegada). (Munday, 2008: 5)

Tendo como referência os autores acima mencionados e a análise das obras consultadas, assume-se que, de facto, não existe unanimidade face ao conceito de tradução, uma vez que esta pode revestir-se de vários sentidos. Ao longo do presente Trabalho de Projecto, o termo “tradução” reportar-se-á a vários dos significados atrás mencionados: a tradução enquanto processo, através da análise crítica dos textos de

chegada; a tradução enquanto produto, através da versão em português dos verbetes; e a tradução enquanto disciplina, através do Trabalho de Projecto no geral e do presente capítulo em particular.

### **1.1. Tradução Técnica**

Uma das discussões mais recorrentes entre os teóricos da tradução assenta na diferença entre tradução técnica e tradução científica. A este propósito, Scott L. Montgomery considera que a tradução científica se reporta ao mundo natural (2010:299), incluindo, assim, disciplinas como a Biologia, a Medicina e a Astronomia, também consideradas ciências puras ou fundamentais. Jody Byrne identifica a tradução técnica com a aplicação prática do conhecimento científico (2006:8) ou, por outras palavras, ciência aplicada, incluindo disciplinas como a electrónica e a tecnologia.

Por seu turno, a própria a tradução técnica apresenta-se também como uma área que divide opiniões no âmbito dos Estudos de Tradução. Por um lado, em *A Textbook of Translation* (1988), Peter Newmark defende que a tradução técnica faz parte da tradução especializada, podendo aquela não ser influenciada por aspectos culturais (como a economia e a política). Em oposição à restante tradução especializada, esta claramente influenciada por aspectos culturais, encontra-se, por exemplo, a tradução institucional, que se reporta a documentos da área da política, das finanças, do comércio e de assuntos governamentais. (Newmark, 1998: 151) Segundo Klaus Schubert, a tradução técnica encontra-se associada a conteúdos tecnológicos, de engenharia ou de outros campos especializados. (2010: 350) Por outro lado, de acordo com Jody Byrne, a tradução técnica foca-se principalmente em textos relacionados com tecnologia. O autor defende que um trecho que apresente terminologia especializada não tem de ser necessariamente um texto técnico, dando justamente como exemplo a tradução jurídica, a qual possui uma terminologia específica e características únicas da área, não a considerando, no entanto, susceptível de ser abrangida pela tradução técnica. (Byrne, 2006: 3) Tanto Newmark (1998: 151) como Schubert (2010: 3) concordam que documentos como manuais de instalação, relatórios e catálogos são os alvos preferenciais da tradução técnica, deixando áreas como a política e as finanças para a tradução especializada.

Este Trabalho de Projecto fundamentar-se-á na definição proposta por Peter Newmark, acima referida, de acordo com a qual a tradução técnica constitui um ramo da tradução especializada, podendo, ou não, ser influenciada por aspectos culturais. Deve sublinhar-se que os textos a serem traduzidos no presente Trabalho não são textos jurídicos, mas sim técnico-científicos. Na verdade, trata-se de dois verbetes académicos com termos específicos de uma determinada área, a da tradução técnica e a da tradução jurídica.

## **1.2. Tradução Jurídica**

De um modo geral, pode afirmar-se que a tradução jurídica, envolvendo linguagem e processos relacionados com leis, pode ser classificada em diferentes categorias, de acordo com o tipo de texto de partida. Entre os textos considerados jurídicos encontram-se leis nacionais, tratados internacionais, documentos legais privados, trabalhos académicos e artigos de jurisprudência, entre outros.

No artigo “What’s so Special about Legal Translation” (2002), Malcom Harvey defende que a tradução jurídica se define como um tipo de tradução para fins específicos, sendo a sua natureza interdisciplinar. Em consequência desta interdisciplinaridade, o autor defende que o tradutor tem que dominar conceitos básicos e terminologia jurídica da área a que a tradução se aplica. Todavia, o autor reconhece não ser fácil apontar as características que tornam a tradução jurídica diferente de outros tipos de tradução para fins específicos. (2002:182)

De acordo com Deborah Cao, um dos maiores problemas da tradução jurídica diz respeito às diferenças existentes entre os sistemas jurídicos e judiciais da cultura de partida e de chegada, visto que a linguagem jurídica se encontra intimamente ligada ao sistema legal de cada país. Por sua vez, os sistemas legais estão relacionados com a evolução da cultura de cada nação. Tal significa que a terminologia da língua de chegada pode não oferecer termos equivalentes à língua de partida, tendo o tradutor que recorrer aos termos existentes no sistema jurídico da língua de chegada. (2008: 191-193)

Simonnaes acrescenta que o tradutor deve compreender e interpretar a linguagem jurídica, eliminando o valor nominal das palavras durante a tradução. (2016:433) A autora defende, ainda, que o tradutor pode não ter o mesmo nível de conhecimento de linguagem jurídica que um advogado, não sendo por isso possível

fazer uma tradução jurídica sem um conhecimento mínimo dos sistemas legais envolvidos no processo de tradução. (2016:429)

A função do texto também pode causar problemas ao tradutor, visto que o texto de partida tem uma função específica no sistema de partida, sendo fundamental que o tradutor compreenda qual a função do texto de partida e qual a função pretendida no texto de chegada, pois a função do texto tem grande impacto na sua tradução. (Cao 2007: 10) No seu artigo, Harvey menciona que a função de um documento depende não só da sua natureza, mas também da situação de comunicação. Isto é, um estatuto tanto pode ter carácter normativo como informativo, dependendo do facto de ser visto por um cidadão que seja obrigado a obedecer ao estatuto ou por alguém que tenha apenas curiosidade sobre o mesmo. (2002:179)

## 2. Proposta de Tradução

### 2.1. “Court/Legal Translation” / “Interpretação Jurídica/em Tribunal”

#### Interpretação Jurídica/em Tribunal

Debra Russell

Universidade de Alberta

▼ Índice

Notas

Referências Bibliográficas

Outras Leituras

Verbetes Relacionados

Os intérpretes, sejam eles de língua oral ou **língua gestual**, trabalham numa diversidade de ambientes que incluem contextos jurídicos e eventos que envolvem o discurso jurídico. O direito à interpretação na sala de audiências e/ou em matérias jurídicas, previsto na lei, foi consignado por vários órgãos legislativos desde o Pacto Internacional das Nações Unidas sobre os Direitos Cíveis e Políticos,<sup>4</sup> aprovado em 1966. O facto de o litigante ter direito a um intérprete para proteger os seus direitos individuais tem vindo a ser bem documentado. A União Europeia, por exemplo, determina que os Estados-Membros têm a obrigação de disponibilizar intérpretes para matérias jurídicas. Em outros continentes tem-se assistido a uma pressão para que a disponibilização de intérpretes passe a ser um direito e não propriamente uma questão arbitrária (Gibbons & Grabau 1996; Hertog 2010; Laster & Taylor 1994; Mikkelsen 2000; Phelan 2011).

Estudos recentes revelaram a natureza complexa da interpretação em contextos jurídicos, abordando questões das quais se destacam os seguintes temas alvo da investigação mais recente: a avaliação de depoimentos das testemunhas por meio da interpretação (Hale, Bond & Sutton 2011), a exactidão da interpretação **simultânea**

---

<sup>4</sup> N. de T.: cf., no caso português, o Art. 14.º, n.º 3, al. f) do Decreto de Lei n.º 29/78, de 12 de Junho, publicado no *Diário da República*, n.º 133/1978, 1º Suplemento, Série I de 1978-06-12.



e da **interpretação consecutiva** (Russell 2002), as percepções do papel do intérprete (Hale & Russele 2008; Mikkelson 2000; Morris 1998), os métodos de preparação utilizados pelos intérpretes em conjunto com os funcionários do tribunal (Russell 2008), as decisões linguísticas com impacto na interpretação (Berk-Seligson 1990/2002; Hale 2001, 2004; Jakobsen 2008; Kolb & Pöch-hacker 2008; Wadensjö 1998) e as capacidades de participação no sistema judicial por parte de júris surdos (Napier & Spencer 2008).

Dois dos temas mais comuns a vários estudos são as distintas percepções do papel do intérprete num processo judicial e a forma como se determina a exactidão na interpretação. Tradicionalmente, os agentes judiciais e os funcionários do sector da justiça vêem o intérprete como uma “máquina” ou um “canal” que transmite uma interpretação literal, palavra por palavra, frequentemente considerada pelos tribunais como a interpretação mais exacta. No entanto, os intérpretes que conceptualizam a tarefa de interpretação num contexto cultural bilingue vêem o seu trabalho de outro modo, resultando em desafios significativos em contextos jurídicos (Berk-Seligson 1990; Mikkelson 2000; Morris 1998). A investigação tem vindo principalmente a demonstrar a necessidade de intérpretes altamente qualificados e especializados de modo a oferecerem a interpretação mais eficaz possível, reduzindo a influência do intérprete no evento. Na investigação também se tem vindo a verificar o estudo do envolvimento dos intérpretes nos eventos por eles mediados, resultando em novas perspectivas no âmbito da concepção do significado da imparcialidade e da neutralidade no envolvimento e alinhamento do intérprete em eventos.

Estudos realizados em diversas comunidades linguísticas demonstraram que a interpretação exacta e/ou imparcial em contextos jurídicos se afigura problemática, especialmente no caso de intérpretes sem formação (Hale 2004; Morris 1998). Esta linha de investigação, aliada à crescente tendência para a profissionalização da interpretação, deu lugar ao desenvolvimento alargado de oportunidades de formação para os intérpretes em geral e, em particular, para a disponibilização de formação específica para a interpretação jurídica.

A maioria da investigação baseada em dados resulta de estudos de entrevistas em salas de audiência ou de entrevistas conduzidas por agentes policiais. No entanto, existem várias outras situações que envolvem discurso jurídico. Estudos recentes têm explorado áreas como a entrevista a refugiados (Kolb & Pöchhacker 2008), a interpretação à distância, por videoconferência, de assuntos jurídicos (Roberson,

Russell & Shaw 2012) (ver **Interpretação à distância**) e a prestação de serviços de interpretação a júris com deficiência auditiva (Napier & Spencer 2008). Um desenvolvimento relativamente recente em interpretação de língua gestual tem sido a inclusão de intérpretes surdos trabalhando colaborativamente com intérpretes que não sofrem de surdez, de modo a responder às necessidades de comunicação dos clientes e da situação em causa (Stone 2009).

No entanto, a definição de normas profissionais para interpretação comunitária em língua gestual, incluindo interpretação de interações jurídicas, continua a ser um desafio. Enquanto alguns países têm requisitos rigorosos (por exemplo, a Suécia, a Suíça, a Austrália e o Canadá) exigindo intérpretes de língua oral e de língua gestual com qualificações académicas e/ou creditação profissional, vários sistemas jurídicos continuam a aceitar intérpretes sem competências e sem formação, o que resulta em problemas significativos para os clientes dos serviços de interpretação, bem como no declínio da satisfação do trabalho por parte dos intérpretes (Hale 2011; Phelan 2011) (ver **Qualidade em interpretação**).

Napier (2004) comparou modelos de avaliação de vários países, sugerindo que os países com sistemas formais de avaliação aumentaram o reconhecimento do papel dos intérpretes profissionais e demonstraram liderança na área da creditação, tanto de intérpretes gestuais como de língua oral. Estudos recentes também têm conferido ênfase à necessidade de certificação da interpretação jurídica (Witter-Merithew & Nicodemus 2010; Roberson Russell & Shaw 2012). O Registry of Interpreters for the Deaf, nos Estados Unidos da América, oferece um certificado especializado a intérpretes de língua gestual em contextos jurídicos. Este grau de formação jurídica especializada e a consequente certificação, tanto de interpretação de língua oral como de língua gestual, não é comum em muitos países, independentemente do estado de desenvolvimento da interpretação enquanto área profissional.

Várias organizações profissionais que representam intérpretes de língua oral e de língua gestual têm exercido pressão para o desenvolvimento de regulamentos, introduzindo códigos de conduta e normas de avaliação e certificação (por exemplo, o Chartered Institute of Linguists no Reino Unido, o Canadian Translators and Interpreters Council (CTIC), a National Accreditation Authority of Translators and Interpreters of Australia (NAATI) e o European Forum of Sign Language Interpreters (efsli)). Simultaneamente, as conferências da Critical Link têm atraído a participação internacional de investigadores, intérpretes e formadores de língua

gestual e oral em **interpretação comunitária**, tendo desempenhado um papel fundamental na definição das prioridades da investigação em interpretação jurídica. Foram publicadas cinco actas de conferências, demonstrando a diversidade de metodologias de investigação, bem como a envergadura das áreas temáticas em estudo (para uma lista completa dos cinco volumes, ver Benjamins Translation Library). Hertog (2010), por sua vez, defende que a interpretação comunitária e, em particular, a comunidade de investigação profissional demonstraram um desenvolvimento significativo após a primeira Conferência da Critical Link. Hoje em dia, várias revistas científicas abordam a investigação em interpretação, sendo a interpretação jurídica frequentemente o foco primordial dos artigos (ver, entre outros, *Meta*, *Journal of Interpretation*, *Interpreting*, *The Translator*, *International Journal of Interpreter Education*).

A interpretação do discurso jurídico e o trabalho em contextos jurídicos continuam a ser desenvolvidos enquanto áreas de especialização. O número de projectos de investigação que estuda a interpretação jurídica continua a crescer a nível global, aprofundando, assim, o conhecimento quanto à complexidade da interpretação jurídica e as suas realidades distintas. Estes projectos também têm procurado aproximar a investigação da prática dos intérpretes de língua oral e de língua gestual (**Russell & Hale 2008**).

## Notas

**1.** Critical Link foi a primeira conferência internacional organizada no Canadá, em 1995, dedicada à interpretação em contextos jurídicos, da saúde e dos serviços sociais. Desde então também tem sido realizada no Reino Unido, na Austrália e na Suécia.

## Referências Bibliográficas

**Gibbons, Llewellyn & Grabau, Charles**

**1996** “Protecting the rights of linguistic minorities: Challenges to court interpretation” *New Eng-land Law Review* 30 (227). **TSB**

**Hale, Sandra**

**2011** “Interpreting accent in the classroom”, Bond, Nigel & Sutton, Jeanna, *Target* 23 (1): 48–61. doi: [10 .1075/target.23.1.03hal](https://doi.org/10.1075/target.23.1.03hal)

**2001** “How are courtroom questions interpreted: An analysis of Spanish interpreters' practices.” In *Triadic Exchanges. Studies in Dialogue Interpreting*, I. Mason (ed.), 21–50. Manchester: St. Jerome. **TSB**

**2011** “The positive side of community of interpreting: An Australian case study.” *Interpreting* 13 (2): 232–248. doi: [10 .1075/intp.13.2.04hal](https://doi.org/10.1075/intp.13.2.04hal) **TSB**

**Hertog, Erik**

**2010** “Community interpreting.” In *Handbook of Translation Studies*, vol. 1, Yves Gambier & Luc van Doorslaer (eds), 49–54. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins **TSB**. doi: [10 .1075/hts.1.comm4](https://doi.org/10.1075/hts.1.comm4)

**Jacobson, Bente**

**2008** “Court interpreting and face: An analysis of a court interpreter’s strategies for conveying threats to own face.” In Debra Russell & Sandra Hale (eds), *Issues in legal interpretation*, 51– 72.

**Kolb, Waltraud & Pöchhacker, Franz**

**2008** “Interpreting in Asylum Appeal Hearings: Roles & Norms Revisited.” In Debra Russell & Sandra Hale (eds), *Issues in legal interpretation*, 16–50.

**Laster, Kathy & Taylor, Veronica**

**1994** *Interpreters and the Legal System*. Leichhardt, NSW: The Federation Press.

**Mikkelsen, Holly**

**2000** *Introduction to court interpreting*. Manchester: St Jerome. **TSB**

**Morris, Ruth**

**1998** “Justice in Jerusalem: Interpreting in Israeli legal proceedings”. *Meta* 43 (1): 1–10. doi: [10 .7202/003669ar](https://doi.org/10.7202/003669ar) **TSB**

**Napier, Jemina & Spencer, David**

**2008** “Guilty or not guilty? An investigation of deaf jurors’ access to court proceedings via sign language interpreting.” In Debra Russell & Sandra Hale (eds), *Issues in legal interpretation*, 72–122.

**Napier, Jemina**

**2004** “Sign language interpreter training, testing and accreditation: An international comparison.” *American Annals of the Deaf* 149 (4): 350–360. doi: [10 .1353/aad.2005.0007](https://doi.org/10.1353/aad.2005.0007)

**Phelan, Mary**

**2011** “Legal Interpreters in the news in Ireland.” *Translation and Interpreting* 1: 76–105. **TSB**

**Roberson, Len**

**2012** “American Sign Language/English interpreting in legal settings: Current practices in North America”, Russell, Debra & Shaw, Risa. *Journal of Interpretation* 21 (1). [digitalcommons.unf.edu/joi/vol21/iss1/6](http://digitalcommons.unf.edu/joi/vol21/iss1/6)

**Russell, Debra & Hale, Sandra**

(eds) **2008** *Issues in legal interpretation* [*Studies in interpretation* 7]. Washington, DC.: Gallaudet Press

**Russell, Debra**

**2008** “Interpreter preparation conversations: Multiple perspectives.” In Debra Russell & Sandra Hale (eds), *Issues in legal interpretation*, 123–147.

**Stone, Christopher**

**2009** *Towards a Deaf Translation Norm* [*The Studies in Interpretation* 6]. Washington D.C.: Gallaudet University Press.

**Witter-Merithew, A. & Nicodemus, B**

**2010** “Toward the intentional development of interpreter specialization: An examination of two case studies.” *Journal of Interpretation* 2010: 55–76.

## Outras Leituras

**Berk-Seligson, Susan**

**1990/2002** *The Bilingual Courtroom. Court Interpreters in the Judicial Process*. Chicago: The University of Chicago Press. **BoP**

**Eades, Susan**

**2003** *Sociolinguistics and the Legal Process*. Bristol: Multilingual Matters.

**Hale, Sandra**

**2004** *The Discourse of Court Interpreting. Discourse Practices of the Law, the Witness and the Interpreter*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins. doi: [10.1075/btl.52](https://doi.org/10.1075/btl.52) **BoP**

**Russell, Debra**

**2002** *Interpreting in Legal Contexts: Consecutive and Simultaneous Interpretation*. Burtonsville, MD: Linstock Press. **TSB**

**Shlesinger, Myriam & Pöhhacker, Franz**

(eds) **2010** *Doing Justice to Court Interpreting* [Benjamins Current Topics 26].  
Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins. doi: [10.1075/bct.26](https://doi.org/10.1075/bct.26) **BoP**

## Verbetes Relacionados

**Interpretação comunitária**

**Interpretação simultânea**

**Interpretação consecutiva**

**Estudos de interpretação**

**Tradução jurídica**

**Qualidade em interpretação**

**Interpretação indirecta**

**Interpretação à distância**

**Interpretação de língua gestual e tradução**

**Interpretação simultânea**

**Ensinar interpretação / Formar intérpretes**

## 2.2. “Technical Translation” / “Tradução Técnica”

### Tradução técnica

Klaus Schubert

Universidade de Hildesheim

#### Índice

1. A tradução técnica enquanto objecto de estudo
  - 1.1 Conteúdo técnico
  - 1.2 Forma linguística
  - 1.3 Meio técnico
  - 1.4 Processos de trabalho
2. Comunicação otimizada
3. O estudo da tradução técnica

Referências Bibliográficas

Outras Leituras

Verbetes Relacionados

A tradução técnica é um ramo da **tradução**. Nesta expressão, a palavra "técnica" refere-se ao conteúdo dos documentos e não às ferramentas utilizadas. Devido à ambiguidade semântica do adjetivo "técnico", o termo pode referir-se tanto a conteúdos tecnológicos como de engenharia ou de outro domínio especializado. Neste verbete, o termo é interpretado no seu sentido mais restrito. No entanto, num sentido mais lato, a actividade também se denomina "tradução especializada". Muito do que se afirma aqui sobre tradução técnica também se aplica à tradução especializada e, em parte, à comunicação especializada em geral.

#### 1. A tradução técnica enquanto objecto de estudo

Com base no Modelo Interactivo para a Comunicação Especializada de Schubert (em inglês “Integrative Model of Specialized Communication”), as características da

tradução técnica são aqui exploradas (Schubert 2007: 243-326). Este modelo encara a tradução técnica (juntamente com outras formas de comunicação especializada) como uma actividade levada a cabo por um agente em interacção com outros agentes. A actividade é composta por tarefas que compõem um processo, o qual, por sua vez, inclui uma vertente interna e externa. A vertente interna pode ser descrita como um processo de tomada de decisões (ver **Processo tradutório**), ou seja, a actividade mental e cognitiva do tradutor necessária à execução da tarefa. A vertente externa do processo refere-se a todas as actividades susceptíveis de serem observadas por outros, ou seja, a todas as acções levadas a cabo por um agente, incluindo todas as interacções com outros. De certa forma, o processo externo pode ser equiparado ao fluxo de trabalho, o qual abarca as influências exteriores, que controlam as decisões do agente.

Neste modelo, o acto comunicativo é analisado em quatro dimensões: (1) o conteúdo técnico, (2) a forma linguística, (3) o meio técnico e (4) os processos de trabalho. Estas quatro dimensões dão conta das características do acto comunicativo *per se*. Outros conceitos frequentemente discutidos a par do trabalho de tradução, como a função (ou *skopos* – ver **Abordagens funcionalistas**) ou o público-alvo constituem factores do processo externo. Aqueles podem exercer constrangimentos específicos (termo a ser discutido posteriormente) e, deste modo, determinar certas características. Os guias de estilo, as normas, as bases de dados terminológicas, os regulamentos jurídicos e a legislação constituem alguns dos instrumentos do referido controlo.

### 1.1. Conteúdo técnico

Os tradutores técnicos trabalham com um vasto leque de documentos. A maioria do volume de trabalho deve-se, em grande medida, à documentação técnica e à localização de *software*.

O conteúdo da documentação técnica envolve, normalmente, produtos ou serviços técnicos. Os documentos mais frequentes incluem manuais de instalação, de funcionamento, de manutenção, de reparação ou de eliminação de produtos técnicos, tais como dispositivos, motores ou sistemas de *software*. Entre outros documentos comuns encontram-se as fichas técnicas de produto, as especificações de produto, as propostas, as listas de peças e os catálogos. Alguns tipos de documentos partilham das características das especializações técnicas e de algumas das áreas limítrofes, como o Direito (ver **Tradução jurídica**), a publicidade, a ciência (ver **Tradução científica**),



entre outras. Entre esses tipos de documentos salientam-se as patentes, os documentos complementares a contratos técnicos e as apresentações de produtos ou artigos a clientes.

A documentação centra-se num produto técnico e, muitas vezes, na utilização desse produto, o que significa que descreve tanto o objecto como as actividades. Alguma da documentação trata apenas das actividades, principalmente a documentação de serviços. Assim, o conteúdo da documentação técnica afigura-se sobretudo descritivo e instrutivo.

A documentação técnica reporta-se a documentos *sobre* o produto. Para além disso, os dispositivos e os motores, entre outros, contêm frequentemente textos sobre produtos, ou seja, elementos textuais incluídos no produto. Os textos de produtos referem-se, por exemplo, a descrições abreviadas nos interruptores ou botões (ou perto deles), bem como a textos ligeiramente mais longos inseridos nos painéis de controlo, nos ecrãs ou noutros semelhantes.

No caso dos motores e de produtos técnicos idênticos, os textos de produtos são, por norma, muito curtos em comparação com o volume da documentação. Nos sistemas de *software*, a proporção é bastante diferente, uma vez que a maioria dos sistemas de *software* contém um grande volume de textos de produtos. Para além dos textos de produtos, os sistemas de *software* incluem geralmente documentação que pode ser traduzida, em grande medida, da mesma forma que a dos textos de produtos técnicos.

Em ambos os casos, os textos integrais são retomados, tal como na documentação. Para ambos os tipos de produtos, as tarefas de tradução incluem frequentemente alguma adaptação ao mercado de chegada. As traduções técnicas são traduções “covert” (House 1977:188; ver **Tradução overt e covert**), tal significando que as necessidades da situação de chegada anulam os requisitos de equivalência.

Face ao conteúdo técnico, as principais características da tradução técnica são a selecção do conteúdo (o que é enunciado), a sequência (a ordem pela qual os elementos são enunciados) e a estrutura do acesso (como encontrar os elementos). Os destinatários mais comuns raramente lêem os documentos técnicos na sua totalidade, usando-os apenas como referência. Assim, estes tipos de documentos incluem com frequência uma estrutura de acesso elaborada. Esta expressão denota tudo o que possa ajudar os destinatários a localizarem a informação de que precisam, como, por exemplo, índices, cabeçalhos que repitam os títulos dos capítulos ou das secções, notas à margem e, ainda,

no caso de documentos electrónicos, as ferramentas de navegação, os mapas de *site* e a estrutura de hiperligação.

## 1.2. Forma linguística

Em relação à forma linguística, a tradução técnica refere-se a documentos de línguas para fins específicos (ou LFE). Os textos que se enquadram nesta categoria, pelo menos nas línguas europeias, distinguem-se geralmente pelas características específicas do campo lexical, dos constituintes morfológicos, do processo de formação de palavras, da análise sintáctica e da linguística textual. Aqueles incluem, por exemplo, a utilização de termos semânticos específicos (campo lexical), a existência de formas morfológicas que não sejam habituais na língua comum, como, por exemplo, plurais de nomes não contáveis (constituintes morfológicos), nomes compostos muito maiores do que na língua comum, como os nomes de substâncias químicas (processo de formação de palavras), as valências de verbos especiais (análise sintáctica) e a recorrência a termos em vez de variação estilística (linguística textual). A maioria dos elementos das LFE também existe em línguas comuns, no entanto são muito mais utilizados e com maior consistência nas LFE, resultando numa especificidade das LFE que é sobretudo estilística, em vez de sistemática.

## 1.3. Meio técnico

O meio técnico inclui a tipografia, a disposição e o *design* da página dos documentos, bem como a utilização de ilustrações (imagens, gráficos, fotos, sequências de áudio, vídeos, programas de computador, etc.). Na actualidade, praticamente todos os documentos, quer sejam apresentados aos eventuais destinatários de forma electrónica ou impressa, são ficheiros de computador criados ou editados por tradutores e outros comunicadores técnicos. Assim, um elemento essencial desta dimensão é o formato do ficheiro.

Os formatos mais comuns na tradução técnica são os formatos de processamento de texto e de edição electrónica, os formatos de navegador, como o HTML, e os formatos de sistemas de ajuda. Os formatos de visualização, como o PDF, apesar de serem utilizados em documentação técnica afiguram-se, no processo de tradução técnica, maioritariamente como formato de chegada em vez de formato de partida, uma

vez que não se destinam ao processamento posterior de documentos. Estes são frequentemente utilizados em documentação de referência disponibilizada aos tradutores. Os formatos genéricos, como o XML, são muito comuns na comunicação técnica.

A Localização de *software* age em conjunto com texto traduzível integrado em códigos de programa não traduzíveis. Em particular, a tradução dos elementos textuais na interface do utilizador tem que lidar com restrições de espaço. Assim, a localização constitui uma adaptação do tamanho de botões, caixas de diálogo e outros elementos no decorrer do texto de chegada.

#### 1.4. Processos de trabalho

Falta, ainda, descrever a organização de tarefas e de subtarefas em processos, bem como de ferramentas na dimensão dos processos de trabalho.

Apresenta-se, em seguida, uma lista comum de tarefas a cumprir na tradução técnica (Schubert 2009b: 22), não sendo necessariamente realizadas por uma ordem sequencial:

- Recepção do documento de origem
- Recepção das especificações do trabalho
- Pesquisa de informação
- Planeamento do trabalho de tradução
- Tradução
- Formatação
- Revisão
- Finalização

Por norma, o trabalho de tradução em si é uma cadeia mais longa de processos comunicativos, na qual o trabalho de tradutores técnicos é frequentemente precedido pelo trabalho de escritores técnicos ou de autores especializados, podendo ser continuado pelas actividades de gestores de documentação.

As ferramentas mais comuns na tradução técnica são os sistemas de processamento de texto, os sistemas de edição electrónica, os editores de páginas *web* e de ajuda e, com bastante frequência, os sistemas de memórias de tradução (ver **Tradução assistida por computador**) e os sistemas de tradução automática.

## 2. Comunicação otimizada

Como qualquer trabalho de tradução, a tradução técnica constitui uma forma de comunicação mediada, na medida em que o tradutor cumpre a intenção comunicativa de outra pessoa, que se encontra expressa no documento de origem. O trabalho de tradução na área técnica é mais controlado, podendo as influências de controlo surgir a partir de qualquer outro agente directa ou indirectamente envolvido no processo. Aquelas influências incluem o criador (o agente que encomenda a tradução), os informadores (os agentes a partir dos quais se obtém informação ou que são os autores da informação recolhida), os membros de equipas de tradução (os agentes que realizam tarefas secundárias, como a recolha de **terminologia**), mas também os membros exteriores ao processo de tradução, como a comunidade ou a indústria especializada, cujas melhores normas de práticas exercem influência; os autores de livros escolares e manuais de tradução técnica; o corpo docente na formação de tradução; os órgãos de padronização; e as autoridades e os legisladores.

Os instrumentos de controlo incluem as especificações do trabalho, os guias de estilo, os manuais, os padrões e as estipulações legais. Também podem estar subentendidos em recursos ou sistemas de *software* fornecidos pelo criador, como os glossários, as memórias de tradução ou a configuração de parâmetros para sistemas de tradução automática. As influências exercidas por estes meios podem interferir em qualquer uma das quatro dimensões, isto é, podem estabelecer elementos específicos de conteúdo a serem ignorados, adicionados ou adaptados na localização ou tendo em vista o público-alvo. As influências podem ainda determinar os termos e as construções sintácticas a serem utilizadas; as regras de simplicidade sintáctica ou de consistência linguística a serem aplicadas; os requisitos de formatação a serem observados e os procedimentos a serem seguidos.

Muitas das influências de controlo na comunicação têm como finalidade a optimização (Schubert 2009a). Algumas dessas influências surgiram a partir da influência de optimização aplicada aos processos de trabalho em que os documentos de origem foram criados por escritores técnicos ou outros autores. Entre as influências de optimização afiguram-se especialmente notórias as técnicas das línguas controladas, a estruturação de informação, a edição de fontes e a publicação em multiplataformas.

As Línguas controladas, restritas ao nível dos campos lexical e sintáctico, são

frequentemente utilizadas em documentação técnica para a obtenção de consistência, inteligibilidade e tradutibilidade. A escrita técnica utiliza frequentemente técnicas de escrita estruturadas, com vista à organização do conteúdo dos documentos técnicos, como o Mapeamento de Informação ou o *Funktionsdesign*. Existem formatos de *software* específicos que adaptam a informação estruturada, sendo, actualmente, um dos mais comuns o *Darwin Information Typing Architecture* (DITA). As técnicas de estruturação da informação controlam a sequência da informação, a forma linguística e, em alguns casos, a formatação do texto. Os tradutores podem receber instruções no sentido de preservar estas características. As técnicas mais comuns utilizadas pelos sistemas de gestão de conteúdos são a edição de fonte, a publicação em multiplataformas, onde os textos são criados e armazenados em pequenas partes susceptíveis de serem conjugadas para formar vários documentos (fonte única). Estes sistemas separam o texto da sua formatação e disposição, permitindo, assim, que a mesma versão ou versões semelhantes de um documento sejam automaticamente redigidas em diferentes formatos, como o formato de impressão, o formato *online*, o formato de ajuda e o formato de visualização (multiplataformas).

### 3. O estudo da tradução técnica

A tradução técnica tem sido objecto de investigação em Estudos de Tradução desde sempre. Os Estudos de Tradução surgiram enquanto disciplina própria como resposta ao mais recente trabalho de investigação e de desenvolvimento da **tradução automática**, em meados do século XX. Três novas ideias estabeleceram a base para a nova disciplina: a adopção de novos métodos do estruturalismo linguístico (primeiro uma gramática de valências ou gramática de dependências, depois gramática generativa); a hereditariedade de uma visão processual do objecto de tradução, realizada a partir da tradução automática; e o interesse em textos especializados e, em particular, textos técnicos – o género para o qual a tradução automática estava a ser desenvolvida

### Referências Bibliográficas

House, Julianne

**1977** *A Model for Translation Quality Assessment*. *Tubinger Beitrage zur*

**Linguistik 88. Tübingen: Narr.**

Schubert, Klaus

**2007 Wissen, Sprache, Medium, Arbeit. Ein integratives Modell der ein- und**

*mehrsprachigen Fachkommunikation. Forum für Fachsprachen-Forschung 76. Tübingen: Narr. [TSB](#)*

**2009a "Kommunikationsoptimierung. Vorüberlegungen zu einem fachkommunikativen Forschungsfeld." *trans-kom 2* (1): 109-150.**

**[www.trans-kom.eu/bd02nr01/trans-kom\\_02\\_01\\_06\\_Schubert\\_Kommunikationsoptimierung.20090721.pdf](http://www.trans-kom.eu/bd02nr01/trans-kom_02_01_06_Schubert_Kommunikationsoptimierung.20090721.pdf) [Accessed 26 April 2010], [TSB](#)**

**2009b "Positioning translation in technical communication studies" *Journal of Specialised Translation* 11: 17-30. Special issue on the Coming of Age of Technical Translation, ed. by Jody Byrne,**

**[www.jostrans.org/issue11/issue11\\_toc.php](http://www.jostrans.org/issue11/issue11_toc.php) [Accessed 26 April 2010], [TSB](#)**

## Outras Leituras

Brekke, Magnar

**2004 "Linguistic aspects of the translation of scientific and technical texts." In *Übersetzung/Transiation/Traduction. Handbucher zur Sprach- und Kommunikationswissenschaft 26.1*, Harald Kittel, Armin Paul Frank, Norbert Greiner, Theo Hermans, Werner Koller, Jose Lambert, Juliane House and Brigitte Schultze (eds), Vol. 1, 619-635. Berlin & New York: de Gruyter.**

[TSB](#)

Byrne, Jody

**2006 Technical Translation. Usability Strategies for Translating Technical Documentation. Dordrecht: Springer, [TSB](#)**

Durieux, Christine

**1988 Fondement didactique de la traduction technique. Paris: Didier Erudition.**

[TSB](#)

Gopferich, Suanne

**1998 Interkulturelles Technical Writing: Fachliches adressatengerecht vermitteln. Ein Lehr- und Arbeitsbuch. Forum für Fachsprachen-Forschung 40. Tübingen: Narr.**

Hann, Michael

**1992 *The Key to Technical Translation*. Vol. 1-2. Amsterdam &**

## Philadelphia: Benjamins. **BoP**

Horn-Helf, Brigitte

**1999** Technisches Übersetzen in Theorie und Praxis. UTB 2038. Tübingen & Basel: Francke. **TSB**

**2010 Konventionen technischer Kommunikation: Makro- und mikrostrukturelle Kontraste in Anleitungen. Forum für Fachsprachen-Forschung 91.** Berlin: Frank & Timme.

Kastberg, Peter

**2007** "Cultural issues facing the technical translator." The Journal of Specialised Translation 8: 104-109.  
[www.jostrans.org/issue08/art\\_kastberg.pdf](http://www.jostrans.org/issue08/art_kastberg.pdf) [Accessed 26 April 2010],  
**TSB**

Olohan, Maeve

**2009 2nd edition. "Scientific and Technical Translation." In Routledge Encyclopedia of Translation Studies, Mona Baker and Gabriela Saldanha (eds), 246-249. Abingdon: Routledge.**

Risku, Hanna

**2004 Translations management: Interkulturelle Fachkommunikation im Informationszeitalter.** Tübingen: Narr.

Rothkegel, Annely

**2010 Technikommunikation. Produkte, Texte, Bilder.** Wien: Huter & Roth / Konstanz: UVK Verlagsgesellschaft.

Schmitt, Peter A

**1999/2006 Translation und Technik.** Tübingen: Stauffenburg. **TSB**

Wright, Sue Ellen and Leland D. Wright Jr

(eds) **1993** Scientific and Technical Translation. Amsterdam & Philadelphia: Benjamins <https://doi.org/10.1075/ata.vi>

## Verbetes Relacionados

**Adaptação**

**Tradução assistida por computador**

**Abordagens funcionalistas**

**Tradução jurídica**

**Tradução overt e covert**

**Tradução científica**

**Processo tradutório**

### 3. Reflexão Sobre as Traduções

Segundo Christiane Nord, os problemas de tradução são objectivos, podendo ter origens diferentes: pragmática, quando observados por factores extratextuais, como a função da mensagem; cultural, quando influenciados pelas diferenças nas normas e convenções que regem o comportamento verbal e não-verbal; linguística, quando se situam no âmbito do vocabulário e da sintaxe; e textual, quando se reportam a figuras de estilo e trocadilhos. (Nord, 1997: 64-66) Por outro lado, ainda segundo Nord, as dificuldades de tradução são subjectivas, encontrando-se relacionadas com as competências linguísticas do tradutor, (Nord, 1997: 64-66) como, por exemplo, inadequação linguística, competência cultural ou de tradução, ou falta de documentação.

No entanto, Amparo Hurtado Albir defende que os problemas de tradução correspondem às dificuldades, encontrando-se os primeiros relacionados com as competências linguísticas do tradutor. (Albir, 2017:20) Hurtado Albir apresenta cinco tipos de subcompetências, acrescentando-lhes uma componente de cariz psicofisiológico: (Albir 2017:40-41)

1. Subcompetência linguística (ou bilingue): o conhecimento necessário para comunicar em duas línguas, incluindo a capacidade de contornar obstáculos surgidos na transferência de uma língua para a outra.
2. Subcompetência extralinguística: conhecimento declarativo que pode ser bicultural, enciclopédico ou subjectivo (específico da temática em causa).
3. Subcompetência de conhecimento da tradução (ou profissionais): conhecimento sobre o que é a tradução e os desafios da profissão.
4. Subcompetência instrumental (ou de transferência): conhecimento relacionado com a utilização de recursos e das tecnologias da informação e da comunicação aplicadas à tradução.
5. Subcompetência estratégica: conhecimento que garante a eficácia do processo de tradução. Esta subcompetência afecta todas as outras visto que controla todo o processo de tradução.
6. Componentes psicofisiológicos: componentes cognitivos (como, por exemplo, a memória), atitudinais (como, por exemplo, a curiosidade intelectual) e mecanismos psico-motores (como, por exemplo, a capacidade criativa).



Para efeitos da reflexão sobre as traduções realizadas, será tida em conta a distinção entre problemas e dificuldades de tradução, apresentada por Nord, a qual será complementada com as subcompetências do tradutor, tal como apresentadas por Albir.

### **3.1. Análise de “Tradução Jurídica/em Tribunal”**

Durante o processo de tradução do verbete “Court/Legal Translation” surgiram problemas culturais, linguísticos e gramaticais, bem como algumas dificuldades linguísticas, extralinguísticas e estratégicas.

Os problemas culturais dizem respeito à tradução dos nomes e das siglas das organizações e associações mencionadas no texto de partida, tendo sido adoptada a estratégia de manter os nomes e as respectivas siglas em inglês, visto que as associações e as organizações em questão não existem em Portugal.

Os termos seguintes foram considerados problemas terminológicos, pois causaram dúvidas face à tradução oficial na língua de chegada:

- *Spoken language*
- *Signed language*
- *Courtroom*
- *Legislative bodies*
- *Legal personnel*
- *Deaf*
- *Judicial system*
- *Legal system*
- *Remote interpretation*
- *Vídeo relay system*

A estratégia utilizada para a resolução destes problemas passou pela pesquisa em páginas oficiais, como a da Associação Portuguesa de Surdos, e dicionários jurídicos, como o *Dicionário Jurídico de Noronha*, para tentar encontrar a tradução mais correcta dos termos acima assinalados. Assim, optou-se pela seguinte solução:

- Língua oral<sup>5</sup>
- Língua gestual<sup>4</sup>
- Sala de audiências<sup>6</sup>
- Órgãos legislativos
- Funcionários do sector da justiça
- Surdo<sup>7</sup>
- Sistema judicial
- Sistema jurídico
- Interpretação à distância
- Videoconferência

Os problemas linguísticos encontrados dizem respeito à sintaxe frásica. Abaixo, apresentam-se três orações consideradas problemáticas devido às diferenças sintáticas existentes entre as línguas de partida e de chegada:

- «1966 United Nations International Covenant On Civil and Political Rights»
- «(...) for example, the European Union places an obligation on countries to provide interpreters for legal matters, and there is a great deal of lobbying across many continents (...) »
- «As well, recent studies have exposed the complex nature of interpreting in legal settings (...)»

Devido à complexidade de termos na oração do primeiro exemplo, optou-se pela divisão da oração em unidades de tradução (como apresentado na Tabela I), as quais foram traduzidas individualmente (considerando cada unidade como um termo) e posteriormente ordenadas de modo a que fizesse sentido para o leitor do texto de chegada:

---

<sup>5</sup> De acordo com a nomenclatura presente no Art. 2º do Decreto de Lei n.º 89/99 de 5 de Julho, publicado no *Diário da República* n.º 154/1999, Série I de 1999-7-5.

<sup>6</sup> De acordo com o *Dicionário Jurídico Noronha* (2000:86).

<sup>7</sup> De acordo com a Associação Portuguesa de Surdos.

Tabela I

<b>Língua de Partida</b>	as early as 1966	United Nations	International Covenant	on	Civil and Political Rights
<b>Língua de Chegada</b>	aprovado em 1966	das Nações Unidas	Pacto Internacional	sobre os	Direitos Cíveis e Políticos

Tal como se verifica na tabela I, a unidade “1966” é colocada numa oração em separado: “Pacto Internacional das Nações Unidas sobre os Direitos Cíveis e Políticos, aprovado em 1966”. Para além desta alteração, observa-se que, no texto de partida, o nome de quem possui (“United Nations”) vem antes do possuído (“International Covenant”). Porém, no texto de chegada ocorre o inverso, pois, em primeiro lugar, surge “Pacto Internacional” e só depois aparece o nome do possuidor, ou seja “das Nações Unidas”. Esta mudança deve-se às diferenças existentes entre as regras gramaticais das línguas inglesa e portuguesa.

No segundo caso (“for example, the European Union places an obligation on countries to provide interpreters for legal matters, and there is a great deal of lobbying across many continents”/“A União Europeia, por exemplo, determina que os Estados-Membros têm a obrigação de disponibilizar intérpretes para matérias jurídicas. T Em outros continentes tem-se assistido (...)”) optou-se passou pela divisão frásica ao invés da utilização do conector “e”. Observa-se também uma alteração de posição de “for example”, que, no texto de chegada, passa a estar após “A União Europeia”.

No último exemplo (“As well, recent studies have exposed the complex nature of interpreting in legal settings”/“Estudos recentes revelaram a natureza complexa da interpretação em contextos jurídicos (...)”) eliminou-se o conector “as well” para obter uma maior coesão textual, visto que aquele inicia um novo parágrafo.

Relativamente às dificuldades sentidas, pode afirmar-se que estas se relacionam com questões linguísticas, as quais, por seu turno, se devem, em certa medida, ao cariz subjectivo das dificuldades extralinguísticas, ou seja, ao conhecimento da linguagem jurídica, marcada pela dificuldade na tradução da designação oficial United Nations International Covenant on Civil and Political Rights (Pacto Internacional das Nações Unidas sobre os Direitos Cíveis e Políticos). Com o intuito de resolver esta dificuldade,

procurou-se saber o nome dado na língua portuguesa, acrescentando, em nota de rodapé, o decreto de lei publicado no *Diário da República* referente ao Pacto em questão.

Encontraram-se também dificuldades relativamente à melhor estratégia de resolução de diferenças linguísticas, nomeadamente a tradução (ou não) dos nomes das organizações e associações, tal como mencionado antes face aos problemas culturais.

Assim, a estratégia de resolução utilizada para as dificuldades linguísticas consistiu em três fases: (1) na primeira, procurou-se compreender o significado do termo na língua de partida através da consulta do dicionário *online Merriam-Webster*; <sup>8</sup> (2) a segunda fase, passou por encontrar sugestões de tradução, procurando os seus significados em dicionários de língua portuguesa, como o *Dicionário Priberam Online*; <sup>9</sup> (3) a terceira e última fase, passou pela análise do significado do termo na língua de partida e dos termos encontrados na língua de chegada, optando-se pelo vocábulo considerado mais adequado.

Alguns dos termos que seguiram o processo acima mencionado foram os seguintes: “established”, “provide”, “provision”, “settings” e “education”.

- **“Established”:**

Contexto: «The legal right to have an interpreter in the courtroom and/or legal matters has been well **established** through several legislative bodies (...). »

Significado (na LP): “to institute permanently”. Para traduzir este termo consideraram-se duas hipóteses: **previsto** (“algo que foi antecipado/conjeturado”) e **consignado** (algo que foi estabelecido/determinado). Após a análise dos significados dos termos em apreço e do contexto da frase, a escolha final foi a seguinte: “O direito à interpretação na sala de audiências e/ou em matérias jurídicas, previsto na lei, foi **consignado** por vários órgãos legislativos (...)” O motivo desta escolha residiu no facto de o termo se afigurar mais coerente e adequado ao significado e à mensagem pretendidos no texto de partida.

- **“Provide”:**

Contexto: «(...) the European Union places an obligation on countries to **provide** interpreters for legal matters (...). » Significado (na LP): “to supply or make available”. Para este termo foram consideradas também duas hipóteses:

---

<sup>8</sup> Disponível em <https://www.merriam-webster.com/>

<sup>9</sup> Disponível em <https://www.priberam.pt/dlpo/>

**apresentar** (“tornar obrigatório”) e **disponibilizar** (“tornar acessível”). Após a análise dos significados dos termos e do contexto da frase, a escolha final foi a seguinte: “A União Europeia, por exemplo, determina que Estados-Membros têm a obrigação de **disponibilizar** intérpretes para matérias jurídicas.” O motivo de escolha deste termo residiu no facto de a mensagem transmitida na língua de partida não ter um carácter obrigatório, pelo que se optou por um vocábulo na língua de chegada também sem um cariz de obrigatoriedade.

- **“Provision”:**

Contexto: « (...) and specifically in the **provision** of targeted education for legal interpreting. » Significado (na LP): “to be prepared beforehand/provide”. Para este termo foram consideradas, mais uma vez, duas hipóteses: **prestação** (“estar ao alcance para utilidade”) e **disponibilização** (“tornar acessível”). Apesar de se equacionar a apresentação de uma hipótese de tradução para um termo semelhante ao anterior (“prestação”), a análise dos significados e do contexto da frase revelou que a tradução mais adequada seria **disponibilização**: “(...) e, em particular, para a **disponibilização** de uma formação específica para a interpretação jurídica.” De facto, as duas opções de tradução são bastante semelhantes, no entanto considera-se que para uma transferência mais eficaz da mensagem a escolha mais adequada seria “disponibilização”.

- **“Settings”:**

Contexto: « (...) recent studies have exposed the complex nature of interpreting in legal **settings** (...). » Significado (na LP): “time, place and circumstances”. Para a tradução deste termo consideraram-se duas hipóteses: **ambientes** (“circunstâncias culturais e sociais de um indivíduo”) e **contextos** (“circunstâncias de uma situação”). Após a análise dos significados dos termos e do contexto da frase, a escolha foi a seguinte: “Estudos recentes revelaram a natureza complexa da interpretação em **contextos** jurídicos (...).” O motivo para esta escolha deve-se à intenção de transmitir circunstâncias de lugar e não de cultura individual, visto tratar-se de uma situação ocorrida num lugar específico (a interpretação em tribunal).

- **“Education”:**

Contexto: « (...) the provision of targeted education for legal interpreting.» Significado (na LP): “the knowledge and development resulting

from an educational process.” Para a tradução deste termo consideraram-se duas hipóteses: **educação** (“conhecimentos/normas para o desenvolvimento”) e **formação** (“conhecimentos específicos”). Após a análise dos significados dos termos e do contexto da frase, concluiu-se que a escolha seria a seguinte: “(...) a disponibilização de uma **formação** específica para a interpretação jurídica.” Esta escolha baseou-se na intenção da mensagem em transmitir a ideia de que se torna necessário um conhecimento específico, o qual se obtém através de uma formação específica.

Por fim, afigura-se necessário mencionar as dificuldades surgidas no âmbito da interpretação do texto de partida, inerentes à subcompetência bilingue. Um dos exemplos reporta-se à frase «(...) as early as the 1966 United Nations International Covenant on Civil and Political Rights», já mencionada ao longo desta reflexão. Esta frase originou problemas de compreensão devido à expressão “as early as”, para a qual foi complicado encontrar uma tradução adequada, bem como ao nome do pacto, o qual necessitou de uma pesquisa para uma melhor compreensão do significado dos termos. Na interpretação da frase «While the majority of available data-driven studies stem from courtroom or police interview studies (...)» surgiram algumas dúvidas, sobretudo devido ao nome composto “data-driven studies” visto que na língua de chegada não existem nomes compostos como na língua de partida, constituindo um obstáculo à compreensão do significado e à tradução do termo.

### 3.2. Análise de “Tradução Técnica”

Será agora levada a cabo uma reflexão sobre os problemas e as dificuldades sentidas durante a tradução do verbete “Technical Translation” de Klaus Schubert.

Durante a tradução deste verbete surgiram quatro problemas a nível linguístico e três problemas de terminologia. Os problemas a nível linguístico ocorreram devido à diferença gramatical entre a língua de partida e a língua de chegada, enquanto os problemas de terminologia se deveram à adequação da tradução na língua de chegada.

As frases que originaram problemas de origem linguística foram as seguintes:

- **TP:** “(...) semantic ambiguity of the English adjective “technical” (...)” / **TC:** “(...) ambiguidade semântica do adjetivo “técnico” (...)”;

- **TP:** “(...) specific, semantic thoroughly defined terms (...)”/ **TC:** “(...) termos semânticos específicos (...)”;
- **TP:** “(...) not common in general language (...)”/ **TC:** “(...) que não sejam habituais na língua comum (...)”;
- **TP:** “(...) first dependency, then generative grammar (...)”/ **TC:** “(...) primeiro uma gramática dependente, depois generativa (...)”.

No primeiro exemplo, observa-se que ocorreu uma eliminação na expressão “English adjective”, passando “adjective” a estar directamente ligado a “technical” (“adjectivo ‘técnico’ ”), sendo que “English” foi eliminado devido à necessidade de coesão textual e por não fazer sentido em português a referência à língua inglesa.

Na segunda frase encontra-se um exemplo de uma situação comum na língua inglesa, em que são utilizados dois adjectivos para qualificar um substantivo, os quais estão separados por vírgula (“specific, semantic terms”). No entanto, na língua portuguesa é mais comum os adjectivos não serem separados por vírgula, surgindo após o substantivo que qualificam. Assim, não só “termos” passou para o início da frase, como “específicos” passou a ser o segundo adjectivo qualificativo, após “semânticos” (“termos semânticos específicos”). Este problema será também incluído nas dificuldades de subcompetência bilingue.

O terceiro exemplo é considerado um problema, pois a sua tradução literal seria “fora do comum na língua comum”. Uma vez que se devem evitar redundâncias na língua portuguesa para manter a coesão textual, optou-se por substituir “(fora do) comum” pelo sinónimo “(não é) hábito”.

Por fim, à semelhança do terceiro exemplo, a última frase também se insere nas dificuldades de subcompetência bilingue. Para este caso, torna-se possível observar que ocorreu uma eliminação de “first” e que o termo “gramática” mudou de posição, passando a constar em primeiro lugar.

Passe-se agora aos problemas de terminologia:

#### 1) **“Covert/Overt” vs. “Implícito/Explícito**

Trata-se de um termo específico utilizado pelos especialistas em Estudos de Tradução. Partindo do princípio de que o leitor do verbete será um estudante de tradução ou que terá alguns conhecimentos na área, optou-se por manter os termos na língua de partida – “(...) ver tradução *Overt* e *Covert*”; “(...) tradução “covert” (...)”.

## 2) “Localização de *Software*” vs. “*Software* de localização”

De acordo com a página do grupo Eurologos,<sup>10</sup> a localização de *software* refere-se à tradução e à adaptação de *softwares* com vista à sua comercialização no mercado internacional. O processo inclui a elaboração de glossários em diferentes línguas; a análise de ficheiros e dos seus formatos; a tradução da interface do utilizador e a verificação dos resultados através de testes e do controlo de qualidade. Por sua vez, um *software* de localização é utilizado para encontrar dispositivos móveis (como telemóveis) perdidos. Afigura-se importante distinguir aqui estes termos, pois na língua de partida “*software* localization” tanto pode referir-se ao processo de tradução como ao *software* de localização de dispositivos perdidos.

## 3) “Livros escolares” vs. “Manuais de tradução”

Na língua de partida, “textbook” vs. “handbook”. De acordo com o dicionário *online* de língua inglesa *Merriam-Webster*, “textbook” é um livro utilizado no estudo de uma disciplina, como, por exemplo, uma determinada obra literária. Por sua vez, “handbook” é um livro conciso sobre um tema em particular, que pode ser utilizado como referência, por outras palavras, um manual. Tendo esta distinção em mente, procurou-se, em seguida, no *Dicionário Priberam de Língua Portuguesa* a definição de “manual”, a qual se apresenta como um livro conciso de conhecimentos base sobre um determinado assunto ou matéria. Compreende-se, assim, que um “textbook” seja um manual escolar, mas devido à coesão textual, e para evitar redundâncias, optou-se por utilizar o termo “livro escolar”.

Durante a tradução do verbete “Technical Translation” surgiram várias dificuldades relacionadas com quatro tipos de subcompetências: 1) subcompetência estratégica; 2)

---

<sup>10</sup> Disponível em [http://www.eurologos-brussels.com/index.php/pt\\_PT/services/alias/localisation-de-logiciels-2.html](http://www.eurologos-brussels.com/index.php/pt_PT/services/alias/localisation-de-logiciels-2.html)



subcompetência linguística; 3) subcompetência extralinguística; e 4) subcompetência bilingue. Entre as subcompetências apresentadas aquela que apresentou mais dificuldades diz respeito à subcompetência bilingue, sendo por isso a última a ser analisada.

Ao longo do processo de tradução surgiu apenas uma dificuldade relacionada com a subcompetência estratégica: a tradução de “Language for Special Purpose”. Colocou-se a questão se este termo deveria, ou não, ser traduzido, bem como a sigla “LSP”. Em resposta a esta pergunta optou-se por traduzir o termo como “Língua para Fins Específicos”, traduzindo também a sigla “LSP” para “LFE”.

Quanto às dificuldades de subcompetência linguística, torna-se possível analisar dois exemplos:

- “Table of contents” vs. “index” / “tabela de conteúdos” vs. “índice”
- “Documentation” vs. “document” / “documentação” vs. “documento”

O motivo para apresentar o primeiro exemplo deve-se ao facto de “table of contents” poder ser traduzido como “índice”, podendo eventualmente criar uma certa confusão com “index”, que também pode ser traduzido por “índice”. No entanto, no dicionário *Merriam-Webster* verifica-se que um *index* é uma lista alfabética de dados específicos (como autores, temas ou palavras-chave). Também no dicionário *Priberam* lê-se que um índice é uma lista alfabética de nomes de autores ou de assuntos, igualmente mencionado na língua portuguesa como *índex*. Assim sendo, optou-se por traduzir “index” como “índice”, fazendo uma tradução mais literal de “table of contents”.

Por outro lado, revela-se importante mencionar o segundo exemplo devido à diferença entre “documentation” e “document”, que pode passar despercebida ao leitor. Segundo o dicionário *Merriam-Webster*, “documentation” reporta-se a um conjunto de documentos comprovativos de algo. Em oposição, “documento” pode ser definido como um texto que transmite informação. Tendo em conta estas definições, procurou-se o significado de “documentação” e de “documento” no dicionário *Priberam*, onde se lê que documentação significa um conjunto de documentos sobre uma dada questão, enquanto documento se reporta a uma declaração escrita com carácter comprovativo.

Deste modo, fica explicada a razão pela qual “documentation” foi traduzido por “documentação” e não por “documentos”.

Durante a tradução do verbete surgiram duas dificuldades extralinguísticas, as quais se deveram ao desconhecimento enciclopédico dos termos “quoted in verbatim” e “cross-media”. Para resolver esta dificuldade, procurou-se saber o significado de “*verbatim*”: algo que foi dito ou escrito por palavras exactas ou na íntegra. O método de resolução para o termo “cross-media” passou pela pesquisa da definição do termo, a qual remeteu para o Dicionário de Inglês da Cambridge que apresenta “cross-media” como um processo de comunicação que envolve mais do que uma forma de publicação, ou seja, publicações em várias plataformas, como a rádio, os jornais e a televisão.

Por fim, serão analisados individualmente os seis problemas decorrentes da subcompetência bilingue.

#### 1) “(...) specific, semantic thoroughly defined terms (...)”

Embora este exemplo já tenha sido apresentado na secção dos problemas linguísticos, deve sublinhar-se que antes de se constituírem como problemas começaram por ser uma dificuldade de compreensão e de interpretação da frase devido à existência de dois adjectivos seguidos de um advérbio de modo. O processo de resolução desta dificuldade passou pela compreensão individual de cada elemento textual, ordenando, depois, na língua de chegada, a tradução de cada elemento e verificando posteriormente a coesão da frase.

#### 2) “*software localization*”

À semelhança do exemplo anterior, este termo começou por constituir uma dificuldade antes de se tornar um problema de tradução. Tal como mencionado durante a análise do problema, “*software localization*” tanto pode referir-se ao processo de tradução de *softwares* como ao programa de localização de dispositivos perdidos. Assim, tornou-se fundamental compreender o significado original transmitido pela mensagem para que se pudesse fazer uma tradução adequada.

**3) “(...) agents from whom researched information is obtained or who authored it (...)”**

A maior dificuldade desta frase passou pela compreensão e interpretação da mensagem que o autor pretendia passar. Não se encontrou uma estratégia específica para a sua resolução, tendo sido necessárias várias leituras, em momentos diferentes, para finalmente se compreender o significado da frase, traduzida da seguinte forma: “agentes a partir dos quais se obtém informação ou que são autores da informação recolhida”.

**4) “Cross-media”**

Para além de ter constituído uma dificuldade extralinguística, “cross-media” começou por ser uma dificuldade de compreensão do significado do termo. Este caso foi resolvido através da pesquisa do significado, tal como mencionado anteriormente.

**5) “(...) investigated in Translation Studies right from the beginning.”**

Este segmento reporta-se à tradução técnica enquanto objecto de investigação em Estudos de Tradução. A maior dificuldade residiu na forma de traduzir “right from the beginning”. Questionou-se se a tradução mais adequada seria “desde o início” ou “desde sempre”, tendo-se optado pela segunda hipótese, pois “desde o início” poderia deixar o leitor em dúvida sobre se o termo se referia ao início dos Estudos de Tradução, enquanto área disciplinar, ou ao início da investigação em Tradução Técnica.

**6) “(...) first dependency, then generative grammar (...)”**

Mais uma vez, uma dificuldade que, mais tarde, passou a problema. Neste caso, a dificuldade de compreensão residiu no facto de a expressão “first dependency” se referir a “grammar” ou não. Mediante várias leituras explicativas da gramática inglesa, chegou-se à conclusão de que efectivamente “dependency” se refere a “grammar”.

## Conclusão

O presente trabalho permitiu concluir que a tradução constitui um processo mental complexo, que requer subcompetências linguísticas, extralinguísticas, profissionais, de transferência e estratégicas, bem como componentes psicofisiológicas. A tradução técnica revelou-se complexa, na medida em que o tradutor tem de atentar à função original do texto de partida, pois aquela influencia a interpretação do texto, bem como à função pretendida no texto de chegada, para que o tradutor consiga transmitir a mensagem pretendida de modo coerente, permitindo ao leitor compreendê-la com facilidade.

Considera-se que o Trabalho de Projecto apresentado cumpriu o seu objectivo primordial com a tradução dos verbetes seleccionados e a respectiva reflexão, a qual permitiu analisar os problemas e as dificuldades detectados ao longo das traduções, bem como as estratégias adoptadas para a resolução dos mesmos. Espera-se que as noções de problema e de dificuldade de tradução aqui abordadas permitam ao leitor não só compreender melhor o que se pode esperar de um processo de tradução, mas também o modo de ultrapassar os problemas e as dificuldades através das opções aqui tomadas.

Conclui-se, ainda, que a tradução não é uma simples transferência linguística, mas, antes, um processo complexo e demorado que requer conhecimentos específicos, podendo até exigir um domínio da área na qual o texto de partida se insere, como, por exemplo, a jurídica. Finalmente, pôde concluir-se que um conhecimento mais profundo da cultura de partida se afigura fundamental para o processo de tradução, visto que cada língua se encontra intimamente ligada à história e à cultura de cada país, sendo, por isso, igualmente importante para o tradutor conhecer o sistema de partida e o sistema de chegada.

## Referências Bibliográficas

- Albir, Amparo Hurtado. *Researching Translation Competence by PACTE Group*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2017.
- Associação Portuguesa de Surdos. *Interpretação - Legislação*. 2011. 20 de Março de 2018.  
<[http://www.apsurdos.org.pt/index.php?option=com\\_content&view=article&id=30&Itemid=13](http://www.apsurdos.org.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=30&Itemid=13)>.
- Baker, Mona. *In Other Words: A Coursebook on Translation*. Oxon: Routledge, 2012.
- . *Routledge Encyclopedia of Translation Studies*. Ed. Mona Baker. London/New York: Routledge, 2001.
- Bassnett, Susan. *Estudos de Tradução: Fundamentos de uma Disciplina*. Trad. Vivina de Campos Figueiredo. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.
- Byrne, Jody. *Technical Translation: Usability Strategies For Translating Technical Documents*. Netherlands: Springer, 2006.
- Cambridge University. *Cross-media*. 2018. 05 Maio 2018.  
<<https://dictionary.cambridge.org/dictionary/english/cross-media>>.
- Cao, Deborah. "Legal Translation." *The Handbook of Translation Studies*. Ed. Yves Gambier and Luc Van Doorslaer. Vol. 1. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2010. 191-195.
- . *Translating Law*. Clevedon/Buffalo/Toronto: Multilingual Matters LTD, 2007.
- de Souza, José Pinheiro. "Teorias da Tradução: Uma Visão Integrada." *Rev. de Letras* Janeiro/Dezembro de 1998: 51-67.
- D'hulst, Lieven and Yves Gambier, *A History of Modern Translation Knowledge*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2018.
- Eurologos. *Localização de Software*. 2013. 09 de Maio de 2018.  
<[http://www.eurologos-brussels.com/index.php/pt\\_PT/services/alias/localisation-de-logiciels-2.html](http://www.eurologos-brussels.com/index.php/pt_PT/services/alias/localisation-de-logiciels-2.html)>.

- Gambier, Yves and Luc van Doorslaer. *Handbook of Translation Studies*. 2014. John Benjamins Publishing Company. 03 Abril 2018. <<https://benjamins.com/catalog/hts>>.
- Goyos Jr., Durval de Noronha. *Noronha's Legal Dictionary*. São Paulo: Observador Legal Editora Ltda., 1998.
- Harvey, Malcom. "What's so Special about Legal Translation?" *Meta* 2002: 177-185.
- Hatim, Basil and Jeremy Munday. *Translation: An Advanced Resource Book*. New York: Routledge, 2004.
- Jakobson, Roman. "On Linguistic Aspects of Translation." *On Translation* 1959: 232-239.
- Ku Leuven. *Luc Van Doorslaer*. 2018. 05 Maio 2018. <[https://www.arts.kuleuven.be/cetra/people/luc\\_vandoorslaer](https://www.arts.kuleuven.be/cetra/people/luc_vandoorslaer)>.
- . *Yves Gambier*. 2018. 05 Maio 2018. <<https://www.arts.kuleuven.be/cetra/people/yvesgambier>>.
- Mason, Ian e Basil Hatim. *Discourse and the Translator*. London/New York: Longman, 1993.
- Merriam-Webster. *Dictionary by Merriam-Webster*. 2018. 20 Março 2018. <<https://www.merriam-webster.com/>>.
- Montgomery, Scott L. "Scientific Translation." *The Handbook of Translation Studies*. Ed. Yves Gambier and Luc Van Doorslaer. Vol. 1. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2010. 299-305.
- Munday, Jeremy. *Introducing Translation Studies*. New York: Routledge, 2008.
- Newmark, Peter. *A Textbook of Translation*. Hertfordshire: Prentice Hall International Ltd., 1988.
- Nida, Eugene A. and Charles R. Taber. *The Theory And Practice of Translation*. Netherlands: United Bible Societies, 1982.
- Nida, Eugene A. *Towards a Science of Translating*. Leiden: E. J. Brill, 1964.

- Nord, Christiane. *Translating as a Purposeful Activity*. Manchester: St. Jerome Publishing, 1997.
- Porto Editora. 2018. 03 de Abril de 2018. <<https://www.infopedia.pt/>>.
- Priberam. *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*. 2018. 03 de Abril de 2018. <<https://www.priberam.pt/dlpo/>>.
- Reiß, Katharina and Hans J. Vermeer. *Towards a General Theory of Translational Action*. New York: Routledge, 2014.
- Research Gate. Klaus Schubert. 2018. 05 Maio 2018. <[https://www.researchgate.net/profile/Klaus\\_Schubert2](https://www.researchgate.net/profile/Klaus_Schubert2)>.
- Russell, Debra. *Debra Russell - President of the World Association of Sign Language Interpreters*. n.d. 25 Abril 2017. <<https://ca.linkedin.com/in/debra-russell-091b5719>>.
- . *Interpreting in Legal Contexts: Consecutive and Simultaneous Interpretation*. Alberta: University of Calgary, 2000.
- Schubert, Klaus. "Technical Translation." *The Handbook of Translation Studies*. Ed. Yves Gambier and Luc Van Doorslaer. Vol. 1. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2010. 350-355.
- Simonnaes, Ingrid. "Legal Language - Pragmatic Approaches to Its Interconnectivity with Legal Interpretation and Legal Translation." *Meta* 2016: 421-438.
- University of Alberta. *Debra Russell // University of Alberta*. n.d. Março 2018. <<http://ualberta.academia.edu/debrarussell>>.
- University of Hildesheim. *Professor Dr. phil. habil. Klaus Schubert*. 24 Abril 2018. 05 Maio 2018. <<https://www.uni-hildesheim.de/en/fb3/institute/institut-fuer-uebersetzungswiss-fachkommunikation/mitglieder-des-instituts/schubert/>>.
- Venuti, Lawrence. *The Translation Studies Reader*. London: Routledge, 2000.

## Anexos

### Anexo I. Texto de Partida “Court/Legal Translation”

## Court/Legal interpreting

Debra Russell

University of Alberta

#### ▼ Table of contents

Note

References

Essential Reading

Related articles

doi: [10.1075/hts.3.cou1](https://doi.org/10.1075/hts.3.cou1)

*Handbook of Translation Studies* Volume 3 (2012),

pp. 17–20. ISSN 2210-4844 © 2012–2016 John

Benjamins Publishing Company

Interpreters, whether they are spoken language interpreters or **signed language** interpreters, work in a range of environments including legal settings, and events that involve legal discourse. The legal right to have an interpreter in the courtroom and/or in legal matters has been well established through several legislative bodies, as early as the 1966 United Nations International Covenant on Civil and Political Rights. The rights of litigants to access interpretation in order to protect individual rights have been well documented, for example, the European Union places an obligation on countries to provide interpreters for legal matters, and there is a great deal of lobbying across many continents to make interpreter provision a right, and not a matter of discretion (**Gibbons & Grabau 1996; Hertog 2010; Laster & Taylor 1994; Mikkelsen 2000; Phelan 2011**).

As well, recent studies have exposed the complex nature of interpreting in legal settings, addressing questions such as the evaluation of witness testimony though



interpretation ( Hale, Bond & Sutton 2011), the accuracy of interpretation when using **simultaneous** and **consecutive interpreting** (Russell, 2002), perceptions of role of the interpreter (Hale & Russele 2008; Mikkelson 2000; Morris 1998), preparation approaches used by interpreters with legal personnel ( Russell 2008), the linguistic decisions interpreters make that impact an interpreted interaction (Berk-Seligson 1990/2002; Hale 2001, 2004; Jacobsen 2008; Kolb & Pöchhacker 2008; Wadensjö 1998) and the abilities of Deaf jurors to participate in the judicial system ( Napier & Spencer 2008) to name but a few of the topics that have received research attention.

Two dominant themes that have emerged across many studies are the differing perceptions of the interpreter's role in a legal proceeding, and how accuracy is determined in interpretation. Court and legal personnel have traditionally viewed the interpreter as a “machine” or “conduit”, who will provide literal word for word interpretation, which courts often perceive as the most accurate interpretation. However, interpreters that conceptualize the task of interpreting from a bilingual and cultural context, view their work very differently, and this has led to considerable challenges in legal settings (Berk-Seligson 1990; Mikkelson 2000; Morris 1998). Much of the research emphasis has pointed to the need for highly trained, specialized interpreters in order to offer the most effective interpreting possible, while reducing the influence of the interpreter on the interpreted event. As well, we see research exploring the interpreter's involvement in interpreter-mediated events, resulting in new understandings of what impartiality and neutrality may mean for interpreter involvement and alignment in events.

Across various language communities, studies have shown that producing accurate and/or impartial interpretation in legal settings is a huge problem especially when using untrained interpreters ( Hale 2004; Morris 1998). This research, along with the movement to professionalize interpreting, has led to the wide-spread development of training opportunities for interpreters in general, and specifically in the provision of targeted education for legal interpreting.

While the majority of available data-driven studies stem from courtroom or police interview studies, there are numerous other events that involve legal discourse and recent studies have explored areas such as refugee hearings ( Kolb & Pöchhacker 2008), interpreting legal matters via Video Relay Services (Roberson, Russel & Shaw

2012) (see **Remote interpreting**) and serving Deaf jurors ( **Napier & Spencer 2008** ). A relatively recent development in the field of signed language interpreting has been the inclusion of Deaf interpreters who work in teams with non-deaf interpreters in order to meet the communication needs of the consumers and the situation ( **Stone 2009**).

However, one of the challenges that persist in the field of interpretation has been the setting of professional standards for interpreters serving community settings, including interpreting legal interactions. While some countries have stringent requirements (for example, Sweden, Switzerland, Australia, Canada) demanding qualified spoken and signed language interpreters with academic and/or professional accreditation qualifications, there are many legal systems that continue to use incompetent and untrained interpreters, resulting in significant problems for the consumers of interpreting services and decreased job satisfaction among interpreters ( **Hale 2011**; **Phelan 2011**) (see **Quality in interpreting**).

**Napier (2004)** compared testing models across several countries, suggesting that countries with formal testing systems have increased the awareness of the role of professional interpreters and demonstrated leadership in the area of accrediting both signed and spoken language interpreters. The need for legal interpreting certification has also been stressed in recent literature ( **Witter-Merithew & Nicodemus 2010**; **Roberson, Russell & Shaw 2012**). The Registry of Interpreters for the Deaf in the United States of America offers a specialist certificate for signed language interpreters in legal settings. This degree of specialist legal training and resulting certification for either spoken or signed language interpreting is not typical of many countries, regardless of the stage of development of the profession of interpreting.

Several professional organizations representing spoken and signed language interpreters have emerged as a strong lobby for advancing standards, introducing codes of conduct and assessment and certification standards (for example, Chartered Institute of Linguists in the United Kingdom, the Canadian Translators and Interpreters Council (CTIC), the National Accreditation Authority of Translators and Interpreters of Australia (NAATI), and the European Forum of Sign Language Interpreters (efsli)). As well, Critical Link <sup>1</sup> conferences have drawn international participation from both spoken and signed language researchers, interpreters and educators to explore **community interpreting**, and the organization has had a significant role in shaping the

research agenda in legal interpreting. Five conference proceedings have been published, demonstrating the diversity of research methodologies and breadth of topical areas that are being studied in this field (see Benjamins Translation Library for a complete list of all five volumes). Hertog (2010) argues that community interpreting, and in particular, the professional research community, developed significantly after the first Critical Link Conference. Numerous research journals now address interpreting re-search and legal interpreting is often featured in the articles (see *Meta*, *Journal of Interpretation*, *Interpreting*, *The Translator*, *the International Journal of Interpreter Education*, etc.).

The area of interpreting legal discourse and working in legal settings continues to develop as an area of specialization. The number of research projects studying legal interpreting continues to grow globally, enhancing our understanding of the complexity and realities of legal interpreting and bridging research and practice between spoken and signed language interpreters ( Russell & Hale 2008).

## Note

**1.** Critical Link was the first international conference on interpreting in legal, health and social service settings held in Canada 1995. It has since been held in the UK, Australia and Sweden.

## References

Gibbons, Llewellyn & Grabau, Charles

**1996** “Protecting the rights of linguistic minorities: Challenges to court interpretation” *New England Law Review* 30 (227). TSB

Hale, Sandra

**2011** “Interpreting accent in the classroom”, Bond, Nigel & Sutton, Jeanna, *Target* 23 (1): 48–61. doi: [10 .1075/target.23.1.03hal](https://doi.org/10.1075/target.23.1.03hal)

**2001** “How are courtroom questions interpreted: An analysis of Spanish interpreters' practices.” In *Triadic Exchanges. Studies in Dialogue Interpreting*, I. Mason (ed.), 21–50. Manchester: St. Jerome. TSB

**2011** “The positive side of community of interpreting: An Australian case study.” *Interpreting* 13 (2): 232–248. doi: [10 .1075/intp.13.2.04hal](https://doi.org/10.1075/intp.13.2.04hal)

TSB

Hertog, Erik

**2010** “Community interpreting.” In *Hanbook of Translation Studies*, vol. 1, Yves Gambier & Luc van Doorslaer (eds), 49–54. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins **TSB** . doi: 10 .1075/hts.1.comm4

**Jacobson, Bente**

**2008** “Court interpreting and face: An analysis of a court interpreter’s strategies for conveying threats to own face.” In Debra Russell & Sandra Hale (eds), *Issues in legal interpretation*, 51–72.

**Kolb, Waltraud & Pöchhacker, Franz**

**2008** “Interpreting in Asylum Appeal Hearings: Roles & Norms Revisited.” In Debra Russell & Sandra Hale (eds), *Issues in legal interpretation*, 16–50.

**Laster, Kathy & Taylor, Veronica**

**1994** *Interpreters and the Legal System*. Leichhardt, NSW: The Federation Press.

**Mikkelsen, Holly**

**2000** *Introduction to court interpreting*. Manchester: St Jerome. **TSB**

**Morris, Ruth**

**1998** “Justice in Jerusalem: Interpreting in Israeli legal proceedings”. *Meta* 43 (1): 1–10. doi: 10 .7202/003669ar

**TSB**

**Napier, Jemina & Spencer, David**

**2008** “Guilty or not guilty? An investigation of deaf jurors’ access to court proceedings via sign language interpreting.” In Debra Russell & Sandra Hale (eds), *Issues in legal interpretation*, 72–122.

**Napier, Jemina**

**2004** “Sign language interpreter training, testing and accreditation: An international comparison.” *American Annals of the Deaf* 149 (4): 350–360. doi: 10 .1353/aad.2005.0007

**Phelan, Mary**

**2011** “Legal Interpreters in the news in Ireland.” *Translation and Interpreting* 1: 76–105. **TSB**

**Roberson, Len**

**2012** “American Sign Language/English interpreting in legal settings:

Current practices in North America”, Russell, Debra & Shaw, Risa.  
*Journal of Interpretation* 21 (1). [digitalcommons.unf.edu/joi/vol21/iss1/6](https://digitalcommons.unf.edu/joi/vol21/iss1/6)

**Russell, Debra & Hale, Sandra**

(eds) **2008** *Issues in legal interpretation* [Studies in interpretation 7]. Washington, DC.: Gallaudet Press

**Russell, Debra**

**2008** “Interpreter preparation conversations: Multiple perspectives.” In Debra Russell & Sandra Hale (eds), *Issues in legal interpretation*, 123–147.

**Stone, Christopher**

**2009** *Towards a Deaf Translation Norm* [The Studies in Interpretation 6]. Washington D.C.: Gallaudet University Press.

**Witter-Merithew, A. & Nicodemus, B**

**2010** “Toward the intentional development of interpreter specialization: An examination of two case studies.” *Journal of Interpretation* 2010: 55–76.

## Essential Reading

**Berk-Seligson, Susan**

**1990/2002** *The Bilingual Courtroom. Court Interpreters in the Judicial Process*. Chicago: The University of Chicago Press. **BoP**

**Eades, Susan**

**2003** *Sociolinguistics and the Legal Process*. Bristol: Multilingual Matters.

**Hale, Sandra**

**2004** *The Discourse of Court Interpreting. Discourse Practices of the Law, the Witness and the Interpreter*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins. doi: [10.1075/btl.52](https://doi.org/10.1075/btl.52) **BoP**

**Russell, Debra**

**2002** *Interpreting in Legal Contexts: Consecutive and Simultaneous Interpretation*. Burtonsville, MD: Linstock Press. **TSB**

**Shlesinger, Myriam & Pöchhacker, Franz**

(eds) **2010** *Doing Justice to Court Interpreting* [Benjamins Current Topics 26]. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins. doi: [10.1075/bct.26](https://doi.org/10.1075/bct.26) **BoP**

## Related articles

**Community interpreting**

**Conference interpreting**

**Consecutive interpreting**

**Interpreting Studies**

**Legal translation**

**Quality in interpreting**

**Relay interpreting**

**Remote interpreting**

**Sign language interpreting and translating**

**Simultaneous interpreting**

**Teaching interpreting / Training interpreters**

## Anexo II. Texto de Partida “Technical Translation”

# Technical translation

Klaus Schubert

University of Hildesheim

### ▼ Table of contents

#### 4. Technical translation as an object of study

##### 4.1 Technical content

##### 4.2 Linguistic form

##### 4.3 Technical medium

##### 4.4 Work processes

#### 5. Optimized communication

#### 6. The study of technical translation

References

Further reading

Related articles

<https://doi.org/10.1075/hts.1.ted> ► Translations: [French](#), [Ukrainian](#)

*Handbook of Translation Studies* Volume 1 (2010), pp. 350-355. Current revision: 2011.

ISSN 2210-4844

© 2010-2016 John Benjamins Publishing Company

Technical translation is a type of **translation**. In this term, the word 'technical' refers to the content of the documents, not to the tools used. Due to the semantic ambiguity of the English adjective 'technical', the term can relate to content either from technology and engineering or from any specialized domain. In this article, the term is understood in the narrower sense. In the broader sense, the activity is also called 'specialized translation'. Much of what is said here about technical translation equally holds for specialized translation and to some extent also for specialized communication in general.

## 1. Technical translation as an object of study

The features of technical translation are discussed here in the context of the Integrative Model of Specialized Communication suggested by the present author (Schubert 2007: 243-326). This model views technical translation (along with other forms of specialized communication) as an activity carried out by an agent in interaction with other agents. The activity consists of tasks that make up a process. The process has an internal and an external side. The internal side is a decision-making process (see **Translation process**), that is, the translator's mental and cognitive activity required for carrying out the assignment. The external side of the process is all that can be observed by an external witness, that is, all actions carried out by the agent, including all interaction with other persons. The external process can be roughly equated with the workflow. It comprises the influences that come from the outside and control the agent's decisions.

In this model, the communicative act is analysed in four dimensions, viz. the dimensions of:

- the technical content
- the linguistic form
- the technical medium
- the work processes.

The four dimensions account for features of the communicative act itself. Other concepts often discussed in connection with translation work such as the purpose (or skopos - see **Functionalist approaches**) or the target audience are factors of the external process. They can exert controlling influences (term to be discussed below) and thereby trigger certain features. Style guides, standards, corporate-wording handbooks, laws and legal regulations are some of the instruments of this control.

### 1.1 Technical content

Technical translators work with a broad range of documents. By far the largest volumes come from technical documentation and software

**hts.4.introlocalization.**

The content of technical documentation normally concerns technical products or services. The most typical documents include manuals for the installation, operation,



maintenance, repair or disposal of technical products such as devices, engines or software systems. Other common documents are product data sheets, product specifications, proposals, parts lists and catalogues. Some document types share the features of the technical specialities and some of the neighbouring domains, such as law (see **Legal translation**), advertising, science (see **Scientific translation**), etc., for example patents, technical contract supplements, customer product presentations or journal articles.

Documentation focuses on a technical product and very often also on the use of the product, which means that it describes both objects and activities. Some documentation is concerned only with activities, in particular the documentation of services. The content of technical documentation is thus predominantly descriptive and instructive.

Technical documentation consists of documents *about* the product. In addition, devices, engines, etc. frequently contain product texts, that is, text elements contained within the product. Product texts are, for example, the short words on or near switches, buttons, as well as the somewhat longer pieces of text that appear on control panels, displays and the like.

Whereas, in the case of engines and similar technical products, the amount of product texts is normally very small compared to the volume of the documentation, in software systems the ratio is very different, since most software systems contain large volumes of product texts. In addition to the product texts, software systems normally come with documentation that can be translated much in the same way as in the case of technical products.

In the case of both technical products and software systems, the product texts are quoted verbatim in the documentation (text reflexes). For both types of products, the translation assignments frequently include a certain degree of **adaptation** to the target market. Technical translations are covert translations (House 1977: 188; see **Overt and covert translation**), which means that the necessities of the target situation override any equivalence requirements.

In the dimension of the technical content, the main characteristics of technical translation are the selection of the content (what is said), the sequencing (in which order it is said) and the access structure (how to find it). The typical recipients rarely read technical documents from cover to cover, but use them for reference. Therefore, these

types of documents often include an elaborate access structure. This term denotes everything that helps the recipients locate the required piece of information, e.g., a table of contents, an index, headers that repeat chapter or section titles, marginalia, plus, in the case of electronic documents, navigation tools, sitemaps and the hyperlink structure.

## 1.2 Linguistic form

In the dimension of the linguistic form, technical translation is concerned with documents in languages for special purposes (LSP). LSP texts, at least in European languages, are generally characterized by specific features at the lexical, morphological, word-formational, syntactic and text-linguistic levels. These include, for example, the use of specific, semantically thoroughly defined terms (lexical feature), morphological forms not common in general language (e.g., plurals of mass nouns; morphological feature), much longer compounds than in general language (e.g., names of chemical substances; word-formational feature), special verb valencies (syntactic feature) and recurrence of terms rather than stylistic variation (text-linguistic feature). Most of the LSP features exist in general language as well, but are used much more frequently and consistently in LSP, with the result that the specificity of LSP is predominantly stylistic rather than systematic.

## 1.3 Technical medium

The dimension of the technical medium contains the typography, layout and web design of the documents as well as the use of illustrations (pictures, graphics, photos, audio sequences, videos, computer programs, etc.). In present-day practice, virtually all documents, whether presented to the eventual recipients in electronic or printed form, are computer files while they are being created or edited by translators and other technical communicators. Thus, an essential feature in this dimension is the file format.

Common formats in technical translation are word-processing and desktop publishing formats, browser formats such as HTML and the formats of help systems. Viewer formats such as PDF are used in technical documentation, but since they are not designed for the further processing of the documents, they figure in technical translation work mainly as a target rather than source format, and they are also used in reference documentation provided to translators. Generic formats such as XML are very common

in technical communication.

Software localization works with translatable text embedded in non- translatable program code. Especially the translation of the text elements in user interfaces has to cope with space restrictions. Localization therefore comprises an adaptation of the size of buttons, dialogue boxes and other elements to the length of the target text.

## 1.4 Work processes

In the dimension of the work processes, both the organization of the tasks and subtasks into a process and the tools are to be described.

If one disregards the business process and takes into consideration only the translational tasks themselves, a common list of tasks in technical translation is the following (Schubert 2009b: 22). The tasks are not necessarily carried out in a sequential order.

- receiving the source document
- receiving the job specifications
- researching information
- planning the workpiece
- translating
- formatting
- revising
- finalizing

The translation work itself is normally part of a longer chain of communicative processes. In this chain, the work of technical translators is often preceded by that of technical writers or other specialized authors, and it may be followed by the activities of documentation managers.

The tools mainly used in technical translation are word-processing systems, desktop publishing systems, web editors and help editors, and very frequently translation-memory systems (see **Computer-aided translation**) and machine translation systems.

## 2. Optimized communication

Like all translation work, technical translation is a form of mediated communication in the sense that a translator carries out somebody else's communicative intention that is expressed in the source document. Especially in the technical field, the translation work is additionally controlled. The controlling influences can originate from any other agent directly or indirectly involved. These include the initiator (the agent who orders the translation to be made), the informants (agents from whom researched information is obtained or who authored it), members of the translation team, agents carrying out secondary tasks such as **terminology** work, but also agents outside the translation process proper, such as the speciality community or industry whose best practice rules exert an influence, authors of textbooks and handbooks in technical translation, teaching staff in translator training, standardizing bodies, authorities and legislators.

The instruments of control comprise the job specifications, style guides, handbooks, standards and legal stipulations. They can also be implicit in resources or software systems provided by the initiator, such as termbanks, translation memories or parameter settings for machine translation systems. The influences expressed by these means can concern any of the four dimensions, that is, they can prescribe specific elements of content to be left out, added or adapted for localization or audience design; they can prescribe terms and syntactic constructions to be used, rules of syntactic simplicity or linguistic consistency to be applied, formatting requirements to be met and procedures to be followed.

Many of the controlling influences in technical communication serve an optimizing purpose (Schubert 2009a). Some of them originate from the optimizing influences that apply to the work processes in which the source documents were created by technical writers or other authors. Among these, the techniques of controlled languages, information structuring, single-source publishing and cross-media publishing are especially noteworthy.

Controlled languages are languages that are restricted in lexicon and syntax. They are frequently used in technical documentation in order to achieve consistency, comprehensibility and translatability. In order to structure the content of technical documents, structured writing techniques such as Information Mapping or *Funktionsdesign* are frequently used in technical writing. There are specific software formats to accommodate structured information, a very common one at present being the Darwin Information Typing Architecture (DITA). Information-structuring

techniques control the sequencing of the information, the linguistic form and in some cases the formatting. Translators may be instructed to preserve these features. Single-source and cross-media publishing are techniques normally carried out by means of content management systems in which texts are created and stored in small portions that may then be recombined to form various documents (single-sourcing). In addition, these systems separate the text from its formatting and layout, thus enabling the same or similar versions of a document to be automatically published in different formats such as print, web, help and viewer format (crossmedia).

### 3. The study of technical translation

Technical translation has been among the objects investigated in Translation Studies right from the beginning. Translation Studies emerged as a discipline of its own as a response to the earliest research and development work in **machine translation** in the mid-20th century. Three new ideas laid the ground for the young discipline: it adopted the new methods of structural linguistics (first dependency, then generative grammar), it inherited from machine translation a procedural view on its object and it began to take a serious interest in the genre for which machine translation was being developed, i.e., specialized and, in particular, technical texts.

## References

House, Juliane

**1977** *A Model for Translation Quality Assessment*. Tübinger Beiträge zur Linguistik 88. Tübingen: Narr.

Schubert, Klaus

**2007** Wissen, Sprache, Medium, Arbeit. Ein integratives Modell der ein- und mehrsprachigen Fachkommunikation. Forum für Fachsprachen-Forschung 76. Tübingen: Narr. **TSB**

**2009a** "Kommunikationsoptimierung. Vorüberlegungen zu einem fachkommunikativen Forschungsfeld." *trans-kom* 2 (1): 109-150. [www.trans-kom.eu/bd02nr01/tra ns-ko m\\_02\\_01\\_06\\_Sch ube rt\\_Kommunikationsoptimierung.20090721 .pdf](http://www.trans-kom.eu/bd02nr01/tra ns-ko m_02_01_06_Sch ube rt_Kommunikationsoptimierung.20090721 .pdf) [Accessed 26 April 2010], **TSB**

**2009b** "Positioning translation in technical communication studies" *Journal of Specialised Translation* 11: 17-30. Special issue on the Coming of Age

of Technical Translation, ed. by Jody Byrne, [www.jostrans.org/issue11 / issue11\\_toc.php](http://www.jostrans.org/issue11/issue11_toc.php) [Accessed 26 April 2010], **TSB**

## Further reading

Brekke, Magnar

- 2004** "Linguistic aspects of the translation of scientific and technical texts." In *Übersetzung/Transiation/Traduction. Handbucher zur Sprach- und Kommunikationswissenschaft 26.1*, Harald Kittel, Armin Paul Frank, Norbert Greiner, Theo Hermans, Werner Koller, Jose Lambert, Juliane House and Brigitte Schultze (eds), Vol. 1, 619-635. Berlin & New York: de Gruyter.  
**TSB**

Byrne, Jody

- 2008** Technical Translation. Usability Strategies for Translating Technical Documentation. Dordrecht: Springer, **TSB**

Durieux, Christine

- 1988** Fondement didactique de la traduction technique. Paris: Didier Erudition.  
**TSB**

Gopferich, Suanne

- 2000** Interkulturelles Technical Writing: Fachliches adressatengerecht vermitteln. Ein Lehr- und Arbeitsbuch. Forum für Fachsprachen-Forschung 40. Tübingen: Narr.

Hann, Michael

- 1992** *The Key to Technical Translation*. Vol. 1-2. Amsterdam & Philadelphia: Benjamins. **BoP**

Horn-Helf, Brigitte

- 2001** Technisches Übersetzen in Theorie und Praxis. UTB 2038. Tübingen & Basel: Francke. **TSB**
- 2010** Konventionen technischer Kommunikation: Makro- und mikrostrukturelle Kontraste in Anleitungen. *Forum für Fachsprachen-Forschung 91*. Berlin: Frank & Timme.

Kastberg, Peter

- 2009** "Cultural issues facing the technical translator." *The Journal of Specialised Translation* 8: 104-109.  
[www.jostrans.org/issue08/art\\_kastberg.pdf](http://www.jostrans.org/issue08/art_kastberg.pdf) [Accessed 26 April 2010],  
**TSB**

Olohan, Maeve

- 2009** 2nd edition. "Scientific and Technical Translation." In *Routledge Encyclopedia of Translation Studies*, Mona Baker and Gabriela

Saldanha (eds), 246-249. Abingdon: Routledge.

Risku, Hanna

**2004** Translations management: Interkulturelle Fachkommunikation im Informationszeitalter. Tübingen: Narr.

Rothkegel, Annely

**2010** *Technikkommunikation. Produkte, Texte, Bilder*. Wien: Huter & Roth / Konstanz: UVK Verlagsgesellschaft.

Schmitt, Peter A

**1999/2006** Translation und Technik. Tübingen: Stauffenburg. **TSB**

Wright, Sue Ellen and Leland D. Wright Jr

(eds) **1993** *Scientific and Technical Translation*. Amsterdam & Philadelphia: Benjamins <https://doi.org/10.1075/ata.vi>

## Related articles

Adaptation

Computer-aided translation

Functionalist approaches

Legal translation

Overt and covert translation

Scientific translation

Translation process

## Anexo III. Versão de Publicação de “Tradução Jurídica/em Tribunal”

# Interpretação Jurídica/em Tribunal

Debra Russell

Universidade de Alberta

### ▼ Índice

Notas

Referências Bibliográficas

Outras Leituras

Verbetes Relacionados

Os intérpretes, sejam eles de língua oral ou **língua gestual**, trabalham numa diversidade de ambientes que incluem contextos jurídicos e eventos que envolvem o discurso jurídico. O direito à interpretação na sala de audiências e/ou em matérias jurídicas, previsto na lei, foi consignado por vários órgãos legislativos desde o Pacto Internacional das Nações Unidas sobre os Direitos Civis e Políticos,<sup>11</sup> aprovado em 1966. O facto de o litigante ter direito a um intérprete para proteger os seus direitos individuais tem vindo a ser bem documentado. A União Europeia, por exemplo, determina que os Estados-Membros têm a obrigação de disponibilizar intérpretes para matérias jurídicas. Em outros continentes tem-se assistido a uma pressão para que a disponibilização de intérpretes passe a ser um direito e não propriamente uma questão arbitrária (Gibbons & Grabau 1996; Hertog 2010; Laster & Taylor 1994; Mikkelsen 2000; Phelan 2011).

Estudos recentes revelaram a natureza complexa da interpretação em contextos jurídicos, abordando questões das quais se destacam os seguintes temas alvo da investigação mais recente: a avaliação de depoimentos das testemunhas por meio da interpretação (Hale, Bond & Sutton 2011), a exatidão da interpretação **simultânea** e da **interpretação consecutiva** (Russell 2002), as perceções do papel do intérprete (Hale & Russele 2008; Mikkelsen 2000; Morris 1998), os métodos de preparação utilizados pelos intérpretes em conjunto com os funcionários do tribunal (Russell

---

<sup>11</sup> N. de T.: cf., no caso português, o Art. 14.º, n.º 3, al. f) do Decreto de Lei n.º 29/78, de 12 de junho, publicado no *Diário da República*, n.º 133/1978, 1º Suplemento, Série I de 1978-06-12.



2008), as decisões linguísticas com impacto na interpretação (Berk-Seligson 1990/2002; Hale 2001, 2004; Jakobsen 2008; Kolb & Pöschhacker 2008; Wadensjö 1998) e as capacidades de participação no sistema judicial por parte de júris surdos (Napier & Spencer 2008).

Dois dos temas mais comuns a vários estudos são as distintas percepções do papel do intérprete num processo judicial e a forma como se determina a exatidão na interpretação. Tradicionalmente, os agentes judiciais e os funcionários do setor da justiça veem o intérprete como uma “máquina” ou um “canal” que transmite uma interpretação literal, palavra por palavra, frequentemente considerada pelos tribunais como a interpretação mais exata. No entanto, os intérpretes que conceptualizam a tarefa de interpretação num contexto cultural bilingue veem o seu trabalho de outro modo, resultando em desafios significativos em contextos jurídicos (Berk-Seligson 1990; Mikkelsen 2000; Morris 1998). A investigação tem vindo principalmente a demonstrar a necessidade de intérpretes altamente qualificados e especializados de modo a oferecerem a interpretação mais eficaz possível, reduzindo a influência do intérprete no evento. Na investigação também se tem vindo a verificar o estudo do envolvimento dos intérpretes nos eventos por eles mediados, resultando em novas perspetivas no âmbito da conceção do significado da imparcialidade e da neutralidade no envolvimento e alinhamento do intérprete em eventos.

Estudos realizados em diversas comunidades linguísticas demonstraram que a interpretação exata e/ou imparcial em contextos jurídicos se afigura problemática, especialmente no caso de intérpretes sem formação (Hale 2004; Morris 1998). Esta linha de investigação, aliada à crescente tendência para a profissionalização da interpretação, deu lugar ao desenvolvimento alargado de oportunidades de formação para os intérpretes em geral e, em particular, para a disponibilização de formação específica para a interpretação jurídica.

A maioria da investigação baseada em dados resulta de estudos de entrevistas em salas de audiência ou de entrevistas conduzidas por agentes policiais. No entanto, existem várias outras situações que envolvem discurso jurídico. Estudos recentes têm explorado áreas como a entrevista a refugiados (Kolb & Pöschhacker 2008), a interpretação à distância, por videoconferência, de assuntos jurídicos (Roberson, Russell & Shaw 2012) (ver **Interpretação à Distância**) e a prestação de serviços de interpretação a júris com deficiência auditiva (Napier & Spencer 2008). Um desenvolvimento relativamente recente em interpretação de língua gestual tem sido

a inclusão de intérpretes surdos trabalhando colaborativamente com intérpretes que não sofrem de surdez, de modo a responder às necessidades de comunicação dos clientes e da situação em causa (Stone 2009).

No entanto, a definição de normas profissionais para interpretação comunitária em língua gestual, incluindo interpretação de interações jurídicas, continua a ser um desafio. Enquanto alguns países têm requisitos rigorosos (por exemplo, a Suécia, a Suíça, a Austrália e o Canadá) exigindo intérpretes de língua oral e de língua gestual com qualificações académicas e/ou creditação profissional, vários sistemas jurídicos continuam a aceitar intérpretes sem competências e sem formação, o que resulta em problemas significativos para os clientes dos serviços de interpretação, bem como no declínio da satisfação do trabalho por parte dos intérpretes (Hale 2011; Phelan 2011) (ver **Qualidade em Interpretação**).

Napier (2004) comparou modelos de avaliação de vários países, sugerindo que os países com sistemas formais de avaliação aumentaram o reconhecimento do papel dos intérpretes profissionais e demonstraram liderança na área da creditação, tanto de intérpretes gestuais como de língua oral. Estudos recentes também têm conferido ênfase à necessidade de certificação da interpretação jurídica (Witter-Merithew & Nicodemus 2010; Roberson Russell & Shaw 2012). O Registry of Interpreters for the Deaf, nos Estados Unidos da América, oferece um certificado especializado a intérpretes de língua gestual em contextos jurídicos. Este grau de formação jurídica especializada e a consequente certificação, tanto de interpretação de língua oral como de língua gestual, não é comum em muitos países, independentemente do estado de desenvolvimento da interpretação enquanto área profissional.

Várias organizações profissionais que representam intérpretes de língua oral e de língua gestual têm exercido pressão para o desenvolvimento de regulamentos, introduzindo códigos de conduta e normas de avaliação e certificação (por exemplo, o Chartered Institute of Linguists no Reino Unido, o Canadian Translators and Interpreters Council (CTIC), a National Accreditation Authority of Translators and Interpreters of Australia (NAATI) e o European Forum of Sign Language Interpreters (efsli)). Simultaneamente, as conferências da Critical Link têm atraído a participação internacional de investigadores, intérpretes e formadores de língua gestual e oral em **interpretação comunitária**, tendo desempenhado um papel fundamental na definição das prioridades da investigação em interpretação jurídica. Foram publicadas cinco atas de conferências, demonstrando a diversidade de

metodologias de investigação, bem como a envergadura das áreas temáticas em estudo (para uma lista completa dos cinco volumes, ver Benjamins Translation Library). Hertog (2010), por sua vez, defende que a interpretação comunitária e, em particular, a comunidade de investigação profissional demonstraram um desenvolvimento significativo após a primeira Conferência da Critical Link. Hoje em dia, várias revistas científicas abordam a investigação em interpretação, sendo a interpretação jurídica frequentemente o foco primordial dos artigos (ver, entre outros, *Meta*, *Journal of Interpretation*, *Interpreting*, *The Translator*, *International Journal of Interpreter Education*).

A interpretação do discurso jurídico e o trabalho em contextos jurídicos continuam a ser desenvolvidos enquanto áreas de especialização. O número de projetos de investigação que estuda a interpretação jurídica continua a crescer a nível global, aprofundando, assim, o conhecimento quanto à complexidade da interpretação jurídica e as suas realidades distintas. Estes projetos também têm procurado aproximar a investigação da prática dos intérpretes de língua oral e de língua gestual (Russell & Hale 2008).

## Notas

**1.** Critical Link foi a primeira conferência internacional organizada no Canadá, em 1995, dedicada à interpretação em contextos jurídicos, da saúde e dos serviços sociais. Desde então também tem sido realizada no Reino Unido, na Austrália e na Suécia.

## Referências Bibliográficas

**Gibbons, Llewellyn & Grabau, Charles**

**1996** “Protecting the rights of linguistic minorities: Challenges to court interpretation” *New England Law Review* 30 (227). **TSB**

**Hale, Sandra**

**2011** “Interpreting accent in the classroom”, Bond, Nigel & Sutton, Jeanna, *Target* 23 (1): 48–61. doi: [10.1075/target.23.1.03hal](https://doi.org/10.1075/target.23.1.03hal)

**2001** “How are courtroom questions interpreted: An analysis of Spanish

interpreters' practices.” In *Triadic Exchanges. Studies in Dialogue Interpreting*, I. Mason (ed.), 21–50. Manchester: St. Jerome. **TSB**

- 2011** “The positive side of community of interpreting: An Australian case study.” *Interpreting* 13 (2): 232–248. doi: [10 .1075/intp.13.2.04hal](https://doi.org/10.1075/intp.13.2.04hal)  
**TSB**

**Hertog, Erik**

- 2010** “Community interpreting.” In *Hanbook of Translation Studies*, vol. 1, Yves Gambier & Luc van Doorslaer (eds), 49–54. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins **TSB** . doi: [10 .1075/hts.1.comm4](https://doi.org/10.1075/hts.1.comm4)

**Jacobson, Bente**

- 2008** “Court interpreting and face: An analysis of a court interpreter’s strategies for conveying threats to own face.” In Debra Russell & Sandra Hale (eds), *Issues in legal interpretation*, 51– 72.

**Kolb, Waltraud & Pöchhacker, Franz**

- 2008** “Interpreting in Asylum Appeal Hearings: Roles & Norms Revisited.” In Debra Russell & Sandra Hale (eds), *Issues in legal interpretation*, 16–50.

**Laster, Kathy & Taylor, Veronica**

- 1994** *Interpreters and the Legal System*. Leichhardt, NSW: The Federation Press.

**Mikkelsen, Holly**

- 2000** *Introduction to court interpreting*. Manchester: St Jerome. **TSB**

**Morris, Ruth**

- 1998** “Justice in Jerusalem: Interpreting in Israeli legal proceedings”. *Meta* 43 (1): 1–10. doi: [10 .7202/003669ar](https://doi.org/10.7202/003669ar)  
**TSB**

**Napier, Jemina & Spencer, David**

**2008** “Guilty or not guilty? An investigation of deaf jurors’ access to court proceedings via sign language interpreting.” In Debra Russell & Sandra Hale (eds), *Issues in legal interpretation*, 72–122.

**Napier, Jemina**

**2004** “Sign language interpreter training, testing and accreditation: An international comparison.” *American Annals of the Deaf* 149 (4): 350–360. doi: [10.1353/aad.2005.0007](https://doi.org/10.1353/aad.2005.0007)

**Phelan, Mary**

**2011** “Legal Interpreters in the news in Ireland.” *Translation and Interpreting* 1: 76–105. **TSB**

**Roberson, Len**

**2012** “American Sign Language/English interpreting in legal settings: Current practices in North America”, Russell, Debra & Shaw, Risa. *Journal of Interpretation* 21 (1). [digitalcommons.unf.edu/joi/vol21/iss1/6](https://digitalcommons.unf.edu/joi/vol21/iss1/6)

**Russell, Debra & Hale, Sandra**

(eds) **2008** *Issues in legal interpretation* [*Studies in interpretation* 7]. Washington, DC.: Gallaudet Press

**Russell, Debra**

**2008** “Interpreter preparation conversations: Multiple perspectives.” In Debra Russell & Sandra Hale (eds), *Issues in legal interpretation*, 123–147.

**Stone, Christopher**

**2009** *Towards a Deaf Translation Norm* [[The Studies in Interpretation](#) 6]. Washington D.C.: Gallaudet University Press.

**Witter-Merithew, A. & Nicodemus, B**

**2010** “Toward the intentional development of interpreter specialization: An examination of two case studies.” *Journal of Interpretation* 2010:

## Outras Leituras

**Berk-Seligson, Susan**

**1990/2002** *The Bilingual Courtroom. Court Interpreters in the Judicial Process*. Chicago: The University of Chicago Press. **BoP**

**Eades, Susan**

**2003** *Sociolinguistics and the Legal Process*. Bristol: Multilingual Matters.

**Hale, Sandra**

**2004** *The Discourse of Court Interpreting. Discourse Practices of the Law, the Witness and the Interpreter*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins. doi: [10 .1075/btl.52](https://doi.org/10.1075/btl.52) **BoP**

**Russell, Debra**

**2002** *Interpreting in Legal Contexts: Consecutive and Simultaneous Interpretation*. Burtonsville, MD: Linstock Press. **TSB**

**Shlesinger, Myriam & Pöchhacker, Franz**

(eds) **2010** *Doing Justice to Court Interpreting* [[Benjamins Current Topics 26](#)]. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins. doi: [10 .1075/bct.26](https://doi.org/10.1075/bct.26) **BoP**

## Verbetes Relacionados

**Interpretação comunitária**

**Interpretação simultânea**

**Interpretação consecutiva**

**Estudos de interpretação**

**Tradução jurídica**

**Qualidade em interpretação**

**Interpretação indireta**

**Interpretação à distância**

**Interpretação de língua gestual e tradução**

**Interpretação simultânea**

**Ensinar interpretação / Formar intérpretes**

## Anexo IV. Versão de Publicação de “Tradução Técnica”

# Tradução Técnica

Klaus Schubert

Universidade de Hildesheim

### Índice

#### 7. A tradução técnica enquanto objeto de estudo

##### 7.1 Conteúdo técnico

##### 7.2 Forma linguística

##### 7.3 Meio técnico

##### 7.4 Processos de trabalho

#### 8. Comunicação otimizada

#### 9. O estudo da tradução técnica

Referências bibliográficas

Outras leituras

Verbetes relacionados

A tradução técnica é um ramo da **tradução**. Nesta expressão, a palavra "técnica" refere-se ao conteúdo dos documentos e não às ferramentas utilizadas. Devido à ambiguidade semântica do adjetivo "técnico", o termo pode referir-se tanto a conteúdos tecnológicos como de engenharia ou de outro domínio especializado. Neste verbete, o termo é interpretado no seu sentido mais restrito. No entanto, num sentido mais lato, a atividade também se denomina "tradução especializada". Muito do que se afirma aqui sobre tradução técnica também se aplica à tradução especializada e, em parte, à comunicação especializada em geral.

### 1. A tradução técnica enquanto objeto de estudo

Com base no Modelo Interativo para a Comunicação Especializada de Schubert (em inglês “Integrative Model of Specialized Communication”), as características da tradução técnica são aqui exploradas (Schubert 2007: 243-326). Este modelo encara a tradução técnica



(juntamente com outras formas de comunicação especializada) como uma atividade levada a cabo por um agente em interação com outros agentes. A atividade é composta por tarefas que compõem um processo, o qual, por sua vez, inclui uma vertente interna e externa. A vertente interna pode ser descrita como um processo de tomada de decisões (ver **Processo tradutório**), ou seja, a atividade mental e cognitiva do tradutor necessária à execução da tarefa. A vertente externa do processo refere-se a todas as atividades suscetíveis de serem observadas por outros, ou seja, a todas as ações levadas a cabo por um agente, incluindo todas as interações com outros. De certa forma, o processo externo pode ser equiparado ao fluxo de trabalho, o qual abarca as influências exteriores, que controlam as decisões do agente.

Neste modelo, o ato comunicativo é analisado em quatro dimensões: (1) o conteúdo técnico, (2) a forma linguística, (3) o meio técnico e (4) os processos de trabalho. Estas quatro dimensões dão conta das características do ato comunicativo *per se*. Outros conceitos frequentemente discutidos a par do trabalho de tradução, como a função (ou *skopos* – ver **Abordagens funcionalistas**) ou o público-alvo constituem fatores do processo externo. Aqueles podem exercer constrangimentos específicos (termo a ser discutido posteriormente) e, deste modo, determinar certas características. Os guias de estilo, as normas, as bases de dados terminológicas, os regulamentos jurídicos e a legislação constituem alguns dos instrumentos do referido controlo.

### 1.1 Conteúdo técnico

Os tradutores técnicos trabalham com um vasto leque de documentos. A maioria do volume de trabalho deve-se, em grande medida, à documentação técnica e à localização de *software*.

O conteúdo da documentação técnica envolve, normalmente, produtos ou serviços técnicos. Os documentos mais frequentes incluem manuais de instalação, de funcionamento, de manutenção, de reparação ou de eliminação de produtos técnicos, tais como dispositivos, motores ou sistemas de *software*. Entre outros documentos comuns encontram-se as fichas técnicas de produto, as especificações de produto, as propostas, as listas de peças e os catálogos. Alguns tipos de documentos partilham das características das especializações técnicas e de algumas das áreas limítrofes, como o Direito (ver **Tradução jurídica**), a publicidade, a ciência (ver **Tradução científica**), entre outras. Entre esses tipos de documentos salientam-se as patentes, os documentos

complementares a contratos técnicos e as apresentações de produtos ou artigos a clientes.

A documentação centra-se num produto técnico e, muitas vezes, na utilização desse produto, o que significa que descreve tanto o objeto como as atividades. Alguma da documentação trata apenas das atividades, principalmente a documentação de serviços. Assim, o conteúdo da documentação técnica afigura-se sobretudo descritivo e instrutivo.

A documentação técnica reporta-se a documentos *sobre* o produto. Para além disso, os dispositivos e os motores, entre outros, contêm frequentemente textos sobre produtos, ou seja, elementos textuais incluídos no produto. Os textos de produtos referem-se, por exemplo, a descrições abreviadas nos interruptores ou botões (ou perto deles), bem como a textos ligeiramente mais longos inseridos nos painéis de controlo, nos ecrãs ou noutros semelhantes.

No caso dos motores e de produtos técnicos idênticos, os textos de produtos são, por norma, muito curtos em comparação com o volume da documentação. Nos sistemas de *software*, a proporção é bastante diferente, uma vez que a maioria dos sistemas de *software* contém um grande volume de textos de produtos. Para além dos textos de produtos, os sistemas de *software* incluem geralmente documentação que pode ser traduzida, em grande medida, da mesma forma que a dos textos de produtos técnicos.

Em ambos os casos, os textos integrais são retomados, tal como na documentação. Para ambos os tipos de produtos, as tarefas de tradução incluem frequentemente alguma adaptação ao mercado de chegada. As traduções técnicas são traduções “covert” (House 1977:188; ver **Tradução overt e covert**), tal significando que as necessidades da situação de chegada anulam os requisitos de equivalência.

Face ao conteúdo técnico, as principais características da tradução técnica são a seleção do conteúdo (o que é enunciado), a sequência (a ordem pela qual os elementos são enunciados) e a estrutura do acesso (como encontrar os elementos). Os destinatários mais comuns raramente leem os documentos técnicos na sua totalidade, usando-os apenas como referência. Assim, estes tipos de documentos incluem com frequência uma estrutura de acesso elaborada. Esta expressão denota tudo o que possa ajudar os destinatários a localizarem a informação de que precisam, como, por exemplo, índices, cabeçalhos que repitam os títulos dos capítulos ou das secções, notas à margem e, ainda, no caso de documentos eletrónicos, as ferramentas de navegação, os mapas de *site* e a

estrutura de hiperligação.

## 1.2 Forma linguística

Em relação à forma linguística, a tradução técnica refere-se a documentos de línguas para fins específicos (ou LFE). Os textos que se enquadram nesta categoria, pelo menos nas línguas europeias, distinguem-se geralmente pelas características específicas do campo lexical, dos constituintes morfológicos, do processo de formação de palavras, da análise sintática e da linguística textual. Aqueles incluem, por exemplo, a utilização de termos semânticos específicos (campo lexical), a existência de formas morfológicas que não sejam habituais na língua comum, como, por exemplo, plurais de nomes não contáveis (constituintes morfológicos), nomes compostos muito maiores do que na língua comum, como os nomes de substâncias químicas (processo de formação de palavras), as valências de verbos especiais (análise sintática) e a recorrência a termos em vez de variação estilística (linguística textual). A maioria dos elementos das LFE também existe em línguas comuns, no entanto são muito mais utilizados e com maior consistência nas LFE, resultando numa especificidade das LFE que é sobretudo estilística, em vez de sistemática.

## 1.3 Meio técnico

O meio técnico inclui a tipografia, a disposição e o *design* da página dos documentos, bem como a utilização de ilustrações (imagens, gráficos, fotos, sequências de áudio, vídeos, programas de computador, etc.). Na atualidade, praticamente todos os documentos, quer sejam apresentados aos eventuais destinatários de forma eletrónica ou impressa, são ficheiros de computador criados ou editados por tradutores e outros comunicadores técnicos. Assim, um elemento essencial desta dimensão é o formato do ficheiro.

Os formatos mais comuns na tradução técnica são os formatos de processamento de texto e de edição eletrónica, os formatos de navegador, como o HTML, e os formatos de sistemas de ajuda. Os formatos de visualização, como o PDF, apesar de serem

utilizados em documentação técnica afiguram-se, no processo de tradução técnica, maioritariamente como formato de chegada em vez de formato de partida, uma vez que não se destinam ao processamento posterior de documentos. Estes são frequentemente utilizados em documentação de referência disponibilizada aos tradutores. Os formatos genéricos, como o XML, são muito comuns na comunicação técnica.

A Localização de *software* age em conjunto com texto traduzível integrado em códigos de programa não traduzíveis. Em particular, a tradução dos elementos textuais na interface do utilizador tem que lidar com restrições de espaço. Assim, a localização constitui uma adaptação do tamanho de botões, caixas de diálogo e outros elementos no decorrer do texto de chegada.

#### 1.4 Processos de trabalho

Falta, ainda, descrever a organização de tarefas e de subtarefas em processos, bem como de ferramentas na dimensão dos processos de trabalho.

Apresenta-se, em seguida, uma lista comum de tarefas a cumprir na tradução técnica (Schubert 2009b: 22), não sendo necessariamente realizadas por uma ordem sequencial:

- Receção do documento de origem
- Receção das especificações do trabalho
- Pesquisa de informação
- Planeamento do trabalho de tradução
- Tradução
- Formatação
- Revisão
- Finalização

Por norma, o trabalho de tradução em si é uma cadeia mais longa de processos comunicativos, na qual o trabalho de tradutores técnicos é frequentemente precedido pelo trabalho de escritores técnicos ou de autores especializados, podendo ser continuado pelas atividades de gestores de documentação.

As ferramentas mais comuns na tradução técnica são os sistemas de processamento de texto, os sistemas de edição eletrónica, os editores de páginas *web* e de ajuda e, com bastante frequência, os sistemas de memórias de tradução (ver

**Tradução assistida por computador**) e os sistemas de tradução automática.

## 2. Comunicação otimizada

Como qualquer trabalho de tradução, a tradução técnica constitui uma forma de comunicação mediada, na medida em que o tradutor cumpre a intenção comunicativa de outra pessoa, que se encontra expressa no documento de origem. O trabalho de tradução na área técnica é mais controlado, podendo as influências de controlo surgir a partir de qualquer outro agente direta ou indiretamente envolvido no processo. Aquelas influências incluem o criador (o agente que encomenda a tradução), os informadores (os agentes a partir dos quais se obtém informação ou que são os autores da informação recolhida), os membros de equipas de tradução (os agentes que realizam tarefas secundárias, como a recolha de **terminologia**), mas também os membros exteriores ao processo de tradução, como a comunidade ou a indústria especializada, cujas melhores normas de práticas exercem influência; os autores de livros escolares e manuais de tradução técnica; o corpo docente na formação de tradução; os órgãos de padronização; e as autoridades e os legisladores.

Os instrumentos de controlo incluem as especificações do trabalho, os guias de estilo, os manuais, os padrões e as estipulações legais. Também podem estar subentendidos em recursos ou sistemas de *software* fornecidos pelo criador, como os glossários, as memórias de tradução ou a configuração de parâmetros para sistemas de tradução automática. As influências exercidas por estes meios podem interferir em qualquer uma das quatro dimensões, isto é, podem estabelecer elementos específicos de conteúdo a serem ignorados, adicionados ou adaptados na localização ou tendo em vista o público-alvo. As influências podem ainda determinar os termos e as construções sintáticas a serem utilizadas; as regras de simplicidade sintática ou de consistência linguística a serem aplicadas; os requisitos de formatação a serem observados e os procedimentos a serem seguidos.

Muitas das influências de controlo na comunicação têm como finalidade a otimização (Schubert 2009a). Algumas dessas influências surgiram a partir da influência de otimização aplicada aos processos de trabalho em que os documentos de origem foram criados por escritores técnicos ou outros autores. Entre as influências de otimização afiguram-se especialmente notórias as técnicas das línguas controladas, a

estruturação de informação, a edição de fontes e a publicação em multiplataformas.

As Línguas controladas, restritas ao nível dos campos lexical e sintático, são frequentemente utilizadas em documentação técnica para a obtenção de consistência, inteligibilidade e tradutibilidade. A escrita técnica utiliza frequentemente técnicas de escrita estruturadas, com vista à organização do conteúdo dos documentos técnicos, como o Mapeamento de Informação ou o *Funktionsdesign*. Existem formatos de *software* específicos que adaptam a informação estruturada, sendo, atualmente, um dos mais comuns o *Darwin Information Typing Architecture* (DITA). As técnicas de estruturação da informação controlam a sequência da informação, a forma linguística e, em alguns casos, a formatação do texto. Os tradutores podem receber instruções no sentido de preservar estas características. As técnicas mais comuns utilizadas pelos sistemas de gestão de conteúdos são a edição de fonte, a publicação em multiplataformas, onde os textos são criados e armazenados em pequenas partes suscetíveis de serem conjugadas para formar vários documentos (fonte única). Estes sistemas separam o texto da sua formatação e disposição, permitindo, assim, que a mesma versão ou versões semelhantes de um documento sejam automaticamente redigidas em diferentes formatos, como o formato de impressão, o formato *online*, o formato de ajuda e o formato de visualização (multiplataformas).

### 3. O estudo da tradução técnica

A tradução técnica tem sido objeto de investigação em Estudos de Tradução desde sempre. Os Estudos de Tradução surgiram enquanto disciplina própria como resposta ao mais recente trabalho de investigação e de desenvolvimento da **tradução automática**, em meados do século XX. Três novas ideias estabeleceram a base para a nova disciplina: a adoção de novos métodos do estruturalismo linguístico (primeiro uma gramática de valências ou gramática de dependências, depois gramática generativa); a hereditariedade de uma visão processual do objeto de tradução, realizada a partir da tradução automática; e o interesse em textos especializados e, em particular, textos técnicos – o género para o qual a tradução automática estava a ser desenvolvida.

## Referências Bibliográficas

House, Juliane

**1977** *A Model for Translation Quality Assessment*. Tübinger Beiträge zur Linguistik 88. Tübingen: Narr.

Schubert, Klaus

**2007** Wissen, Sprache, Medium, Arbeit. Ein integratives Modell der ein- und mehrsprachigen Fachkommunikation. *Forum für Fachsprachen-Forschung* 76. Tübingen: Narr. [TSB](#)

**2009a** "Kommunikationsoptimierung. Vorüberlegungen zu einem fachkommunikativen Forschungsfeld." *trans-kom* 2 (1): 109-150. [www.trans-kom.eu/bd02nr01/trans-kom\\_02\\_01\\_06\\_Schubert\\_Kommunikationsoptimierung.20090721.pdf](http://www.trans-kom.eu/bd02nr01/trans-kom_02_01_06_Schubert_Kommunikationsoptimierung.20090721.pdf) [Accessed 26 April 2010], [TSB](#)

**2009b** "Positioning translation in technical communication studies" *Journal of Specialised Translation* 11: 17-30. Special issue on the Coming of Age of Technical Translation, ed. by Jody Byrne, [www.jostrans.org/issue11/issue1\\_toc.php](http://www.jostrans.org/issue11/issue1_toc.php) [Accessed 26 April 2010], [TSB](#)

## Outras Leituras

Brekke, Magnar

**2004** "Linguistic aspects of the translation of scientific and technical texts." In *Übersetzung/Translation/Traduction. Handbucher zur Sprach- und Kommunikationswissenschaft* 26.1, Harald Kittel, Armin Paul Frank, Norbert Greiner, Theo Hermans, Werner Koller, Jose Lambert, Juliane House and Brigitte Schultze (eds), Vol. 1, 619-635. Berlin & New York: de Gruyter. [TSB](#)

Byrne, Jody

**2010** Technical Translation. Usability Strategies for Translating Technical Documentation. Dordrecht: Springer, [TSB](#)

Durieux, Christine

**1988** *Fondement didactique de la traduction technique*. Paris: Didier Erudition. [TSB](#)

Gopferich, Suanne

**2002** Interkulturelles Technical Writing: Fachliches adressatengerecht vermitteln. Ein Lehr- und Arbeitsbuch. *Forum für Fachsprachen-Forschung* 40. Tübingen: Narr.

Hann, Michael

**1992** *The Key to Technical Translation*. Vol. 1-2. Amsterdam & Philadelphia: Benjamins. **BoP**

Horn-Helf, Brigitte

**2003** *Technisches Übersetzen in Theorie und Praxis*. UTB 2038. Tübingen & Basel: Francke. **TSB**

**2010** *Konventionen technischer Kommunikation: Makro- und mikrostrukturelle Kontraste in Anleitungen*. **Forum für Fachsprachen-Forschung 91**. Berlin: Frank & Timme.

Kastberg, Peter

**2011** "Cultural issues facing the technical translator." *The Journal of Specialised Translation* 8: 104-109. [www.jostrans.org/issue08/art\\_kastberg.pdf](http://www.jostrans.org/issue08/art_kastberg.pdf) [Accessed 26 April 2010], **TSB**

Olohan, Maeve

**2009** 2nd edition. "Scientific and Technical Translation." In *Routledge Encyclopedia of Translation Studies*, Mona Baker and Gabriela Saldanha (eds), 246-249. Abingdon: Routledge.

Risku, Hanna

**2004** *Translations management: Interkulturelle Fachkommunikation im Informationszeitalter*. Tübingen: Narr.

Rothkegel, Annely

**2010** *Technikkommunikation. Produkte, Texte, Bilder*. Wien: Huter & Roth / Konstanz: UVK Verlagsgesellschaft.

Schmitt, Peter A

**1999/2006** *Translation und Technik*. Tübingen: Stauffenburg. **TSB**

Wright, Sue Ellen and Leland D. Wright Jr

(eds) **1993** *Scientific and Technical Translation*. Amsterdam & Philadelphia: Benjamins  
<https://doi.org/10.1075/ata.vi>

## Verbetes Relacionados

**Adaptação**

**Tradução assistida por computador**

**Abordagens funcionalistas**

**Tradução jurídica**

**Tradução overt e covert**

**Tradução científica**

**Processo tradutório**